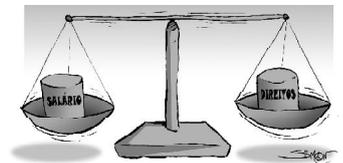




Jornal do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná - Nº 52 dezembro/janeiro de 2000/01 - ISSN 1517-0217
 sindijor@sindijorpr.org.br - <http://www.sindijorpr.org.br>

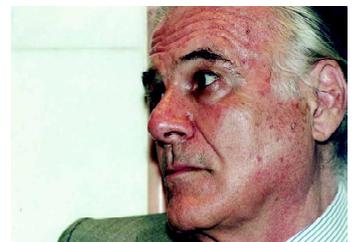
Eleições Análise mostra a imprensa parcial

Campanha Salarial



SI NDI CATO FECHA O
 ACORDO POSSÍ VEL
 PÁGINAS 3 E 4

Entrevista



MI NO CARTA
 CONSI DERA A I MPRENSA
 BRASI LEI RA MEDÍ OCRE
 PÁGINAS 16,17 E 18

Caderno especial



CONHEÇA ALGUMAS
 AÇÕES SOLI DÁRI AS DE
 JORNALI STAS

Pesquisa Folha / CURITIBA
 Percentual dos votos estimados nas duas pesquisas para prefeito em ESTIMULADO em %

Candidato	1ª Pesquisa (2000)	2ª Pesquisa (2001)
1	29	29,8
2	22,5	22,5
3	11,5	11,5
4	10,4	10,4
5	19,9	19,9

Pesquisa Folha / LONDRINA
 Percentual dos votos estimados nas duas pesquisas em %

Candidato	1ª Pesquisa (2000)	2ª Pesquisa (2001)
1	5,1	5,1
2	13	13
3	14,1	14,1
4	15,1	15,1
5	30,5	30,5

Vice de Vanhoni foge da imprensa
 Músico não quer ser entrevistado e dá adeus ao "assédio" dos jornais

Prefeitura reage à polémica do IPTU

O Extra Pauta fez sua análise do noticiário de quatro jornais do Paraná, onde mostra que nem todos os veículos se pautaram pela ética e equilíbrio durante o período eleitoral, neste que foi um momento de embates ideológicos.

PÁGINAS 6,7 e 8



com a palavra...

Metas para 2001

Mário Messagi Júnior

Há um fosso entre a realidade e a Convenção Coletiva de Trabalho - CCT - dos jornalistas do Paraná. Ou seja: temos, entre os jornalistas, um dos melhores instrumentos normativos da relação capital/trabalho do Brasil. No entanto, muitos dos nossos direitos são, na prática de algumas empresas, letra morta. Os exemplos vão desde terceirizações irregulares, negligência com a saúde dos jornalistas, não pagamento do adicional de horas-extras, não pagamento, puro e simples, de horas-extras, o não pagamento de direitos autorais até a

contratação de profissionais irregulares, o não pagamento do piso da categoria e a utilização de estagiários (muitas vezes sem pagar um centavo sequer).

Em 2001, diminuir esta distância entre as práticas das empresas e a Convenção será um dos principais desafios do Sindicato. Os instrumentos para alcançar esta meta são variados. Denúncias à DRT muitas vezes solucionam problemas com horas-extras não pagas, contratações e terceirizações irregulares, utilização de estagiários como mão-de-obra barata, etc. Ajuizar ações, com o respaldo da categoria, pressiona os veículos a cumprir a lei,

além de, a médio prazo, resgatar direitos desrespeitados. Intimar as empresas a constituir, como determinada a CCT, comissão para discutir direito autoral é um passo para que os jornalistas recebam quando seu trabalho for vendido a terceiros.

Em poucas palavras, a ação do Sindicato, em 2001, deve ser mais agressiva. Mais: deve ser intransigente quando direitos forem desrespeitados. Para tanto, o Sindicato está preparando uma série de ações, como a edição simplificada da CCT em formato de bolso, a publicação de cartilhas e a pressão sobre a empresas para

discutir Participação nos Lucros e Resultados - PLR - e Plano de Cargos e Salários (também previsto na CCT).

As ações têm dois endereços diferentes. Primeiro, os jornalistas, sem os quais qualquer ação do Sindicato não terá eco e cairá no descrédito. Segundo, as empresas jornalísticas, principalmente aquelas que têm se feito notar pelo desrespeito aos seus empregados. A estas, podemos garantir que 2001 será um ano de muitas realizações. Nossas, pelo menos.

Mário Messagi Júnior
é o presidente do Sindicato

Carta aberta aos jornalistas do Paraná

Tomamos a liberdade de fazer este novo contato com você para lhe falar de um problema da maior gravidade e que, por isto mesmo, tem causado muita preocupação ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná: as chamadas "doenças do trabalho".

No início de setembro, a recém-criada Comissão de Saúde do Sindijor enviou uma carta a todos os filiados ao sindicato pedindo a sua colaboração no esforço para nos ajudar a identificar e combater este problema em cada uma das empresas e/ou órgãos onde trabalham profissionais da imprensa no nosso Estado.

Mesmo recebendo várias manifestações de colegas que nos disseram ter adquirido pelo menos uma das várias formas de DORT (Doenças Osteo-musculares Relativas ao Trabalho), principalmente as LER (Lesões por Esforços Repetitivos, não conseguimos atingir o retorno esperado com a iniciativa.

Para nossa decepção, porém, logo ficou claro que a causa do problema não foi exatamente o fato de poucos jornalistas paranaenses terem adquirido DORTs. Muito pelo contrário. Numa rápida conversa com colegas da imprensa tanto de Curitiba como no Interior do Estado, percebemos

que as causas deste aparente conformismo da categoria são outras.

A principal delas parece ser o receio de que, ao denunciar o problema ao Sindijor, o jornalista acabe sofrendo alguma forma de represália dos seus patrões. Não nos surpreende que isto realmente esteja acontecendo, considerando as práticas autoritárias que certos setores da classe patronal costumam adotar no Estado.

Há um fato novo, porém, que pode facilitar as coisas para os profissionais que adquiriram doenças do trabalho e, de uma ou outra forma, estão sendo pressionados pelos patrões. No Acordo Coletivo que o Sindijor acaba de fechar com os patrões, foi acertada a manutenção de uma cláusula que prevê punições às empresas que não zelarem pelo atendimento dos profissionais afetados pelas DORTs.

Naturalmente, esta conquista representa apenas o início de um processo, que deverá ter continuidade. Mesmo assim, é algo bastante expressivo, porque obriga os patrões a tratarem o tema com um maior grau de seriedade - o que, infelizmente, não vem acontecendo - e também porque encoraja os jornalistas a denunciar o problema e a

desenvolver ações para evitar as DORTs. Por este mesmo motivo, gostaríamos de renovar nosso pedido para que você não ajude nesta luta.

Além disso, estamos enviando uma carta aos patrões solicitando apoio no esforço para enfrentarmos juntos as DORTs e darmos tratamento mais adequado ao tema. Não é uma solução definitiva para o problema mas é importante porque, pelo menos, abre um canal de negociação com as empresas e contribui para desfazer a falsa idéia de que somos refratários ao diálogo.

O problema que mais preocupa a Comissão de Saúde do Sindijor, porém, é outro: o fato de que grande parte da categoria parece ainda não ter percebido a gravidade das doenças do trabalho. Já dissemos que a nossa preocupação com as DORTs não é gratuita. As doenças do trabalho atingem, indistintamente, repórteres/redatores, editores, cinegrafistas, fotógrafos e assessores de imprensa.

E, o que é pior, estão se tornando cada vez mais comuns, por conta da sobrecarga de trabalho e da inexistência de condições adequadas para o exercício profissional em muitas Redações. O resultado disto é pre-

visível. É cada vez mais freqüente o surgimento de colegas que reclamam por estar sofrendo pontadas freqüentes e sensação de peso no braço ou punho afetados, dor, formigamento, inchaço, vermelhidão da pele na área atingida, dormência, perda da força muscular e atrofia.

Por este motivo, novamente, gostaríamos de chamar a sua atenção para o problema. Se você apresentar ou conhecer algum colega de profissão que esteja apresentando um ou mais destes sintomas, avise-nos. Você pode estar sendo vítima das doenças do trabalho. Pense que o silêncio diante do problema pode custar muito caro à sua saúde. Há dezenas de colegas que, por ignorarem as DORTs, acabaram se tornando praticamente inválidos para o trabalho. Não permita que o mesmo aconteça com você ou seus colegas de profissão.

Ajude-nos a dar ao problema o tratamento sério que as doenças do trabalho merecem. Não só por você, mas por todos nós.

Obrigado e um grande abraço.

Aurélio Munhoz e Flávio Pedron
Comissão de Saúde do Sindicato dos
Jornalistas do Paraná

expediente

Extra Pauta é Órgão de divulgação oficial da Gestão Extra Pauta, do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná. Endereço: Rua José Loureiro, 211, Curitiba/Paraná. CEP 80010-140. Fone/Fax (041) 224-9296. E-mail: sindijor@sindijorpr.org.br

Jornalista Responsável
Mário Messagi Júnior
Reg.prof. 2963/11/101z
Redação
Alvaro Collaço
Colaboradores nesta edição
Casemiro Linarth, Cláudio Dalla Benneta,
Sílvio Rauth Filho e Simon Taylor.
Fotografias
Emerson Balthazar, Hugo Abati
Ilustrações

Simon Taylor, Noviski (Logomarca da Ronda da Noite)

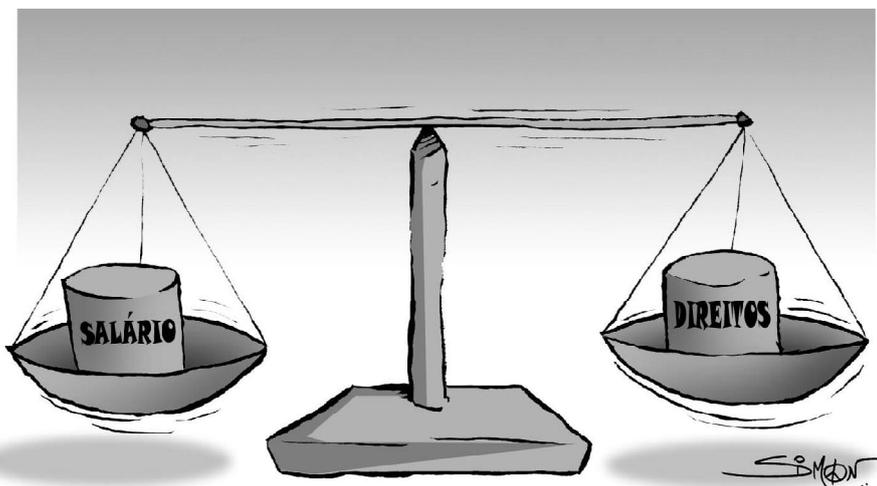
Edição Gráfica
Leandro Taques
Tiragem
3.000 exemplares

As matérias neste jornal podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte. Não é de responsabilidade deste jornal os artigos de opinião e as opiniões emitidas em entrevistas, por não apresentarem, necessariamente, a opinião de sua editoria.



Reajuste integral, mas parcelado

Foram dois meses de negociação, até que em 20 de novembro os sindicatos de Jornalistas do Paraná e o sindicato patronal chegaram a um acordo para a Convenção Coletiva de Trabalho, que vigorará até outubro de 2001. Pelo acordo os jornalistas mantiveram as cláusulas sociais e obtiveram reajuste integral da inflação entre outubro de 1999 e setembro de 2000 (7%, segundo o INPC), ainda que de forma parcelada.



Assim, garantiu-se um reajuste de 3,5% aos salários, retroativo a outubro, o que fez o piso salarial ser de R\$ 1.067,73 (mil reais, sessenta e sete reais e setenta e três centavos). Em março, os jornalistas receberão mais 3,5%, o que eleva o piso salarial para R\$ 1.103,83 (mil reais, cento e três centavos e oitenta e três centavos). Para o presidente do Sindicato dos Jornalistas, Mário Messagi Júnior, o Sindicato conseguiu o possível, tendo em vista os acordos salariais obtidos por outras categorias. Outra questão é que os jornalistas não teriam garantia de reajuste integral da inflação, caso fosse julgado o

processo de dissídio pelo Tribunal Regional do Trabalho, o que certamente não aconteceria até o fim de 2001.

Sem perdas futuras

Pelo acordo, o Sindicato dos Jornalistas impediu os patrões de modificarem por completo as relações de trabalho dos jornalistas paranaenses. Eles propuseram o fim de importantes cláusulas econômicas e sociais, como a suspensão ou congelamento do anuênio, o fim do pagamento das horas-extras e das multas às empresas por atraso nos salários. Os patrões também queriam impedir o Síndica-

to de realizar reuniões nas redações, o que acarretaria em dificuldades ainda maiores para a entidade mobilizar a categoria.

Além do reajuste parcelado da inflação, a novidade da nova CCT em relação à assinada ano passado é a cobrança de multa às empresas que não realizarem laudo técnico sobre as condições de trabalho oferecidas aos jornalistas. A médio prazo essa cláusula pode coibir um grave problema de saúde enfrentado pela categoria: as lesões por esforço repetitivo provocadas, muitas vezes, porque as empresas adequaram as redações às máquinas e não aos seres humanos.

Os principais pontos do acordo

- Reajuste de 3,5%. O piso salarial passou a ser de R\$ 1.067,73 (mil e sessenta e sete reais e setenta e três centavos)

- Em março, reajuste de 3,5%. O piso salarial sobe para R\$ 1.103,83 (mil, cento e três reais e oitenta e três centavos).

- Multa às empresas que não aceitarem a realização de um laudo técnico sobre as condições de trabalho oferecidas aos jornalistas.

- Manutenção das cláusulas sociais que os patrões propuseram retirar, como hora-extra e anuênio.

HISTÓRICO DA NEGOCIAÇÃO

Agosto
Os jornalistas realizam assembléias em todo o Estado e entregam a pauta de reivindicações ao sindicato patronal.

12 de setembro
Primeira reunião na sede do Sindicato. O sindicato patronal apresenta uma pauta considerada "indecente" pelos jornalistas. Propõe pagar apenas a metade do INPC (seria 3,4%), ainda assim



divididos em duas parcelas. Quer, ainda, a exclusão de cláusulas importantes como a hora-extra, o anuênio, o pagamento de direito autoral e as multas para os atrasos de salários. E ataca frontalmente os sindicatos, ao solicitarem o fim das reuniões nas redações.

18- 22 de setembro
O Sindicato realiza assembléias nas redações. Por unanimidade, os

jornalistas rejeitam a proposta patronal.

23 de setembro
O Sindicato faz panfletagem na Boca Maldita (foto). E mostrou uma faixa com os dizeres "Jornalista ganha mal, mas isso não sai no jornal". No dia seguinte- era domingo- repetiu a estratégia na Feira do Artesanato, no Largo da Ordem.



28 de setembro
Reunião na Delegacia Regional do Trabalho. O sindicato patronal não apresentou propostas, mas se comprometeu a retomar as

negociações. Apesar da garantia formal, Assessoria Jurídica do Sindicato deu entrada com processo de dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho.



Fim do anuênio ainda é proposta patronal

A negociação entre Sindicatos de Jornalistas e representantes patronais realizadas nesse ano foram polarizadas pela discussão de dois temas. O reajuste salarial e a hipótese do fim ou congelamento do anuênio, gratificação sobre tempo de serviço e que é concedida aos jornalistas desde 79. Os patrões querem tirar a gratificação e o assunto poderá voltar a tona ano que vem, tendo sua discussão prevista na atual Convenção Coletiva de Trabalho.

Mas o que está por trás da proposta do anuênio? Para Nelson Karam, diretor do Dieese - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos - a proposta é grave pela idéia que a envolve: a crença das empresas de que mesmo reduzindo seus custos, o jornalista trabalhará melhor. "Se você olhar na estrutura de custos das diferentes empresas de comunicação, verá que o anuênio pesa

Emerson Balhazar



Karam: o anuênio pesa muito pouco às empresas

pouquíssimo dentro delas", diz Karam. O diretor do Dieese, que es-

teve em uma das reuniões entre jornalistas e representantes patronais, acredita que as empresas queiram evitar que os trabalhadores se acomodem no emprego. "A lógica que está movendo as empresas jornalísticas a rever o anuênio é essa: não vou garantir nada automaticamente ao trabalhador, porque isso pode gerar um certo acomodamento. Ao contrário, vou fazer com que ele se veja permanentemente impulsionado a apresentar resultados e, através disso, vou remunerá-lo", finaliza.

Para o Sindicato o fim do anuênio traria perda salarial aos jornalistas, e influiria negativamente nas redações. A entidade defende a manutenção da gratificação, que é um dos poucos mecanismos que distinguem os salários recebidos por jornalistas experientes e novatos. Sem gratificações como o anuênio, em algumas empresas correria-se o risco do piso salarial ser efetivamente igual ao teto, o que para uma categoria não é nada salutar.

HISTÓRICO DA NEGOCIAÇÃO

3 de outubro

O Sindicato lança o projeto Ronda da Noite, no Café Curação. O primeiro evento tem como pretexto a negociação salarial e o "não" às propostas patronais.

11 de outubro

Nova reunião entre os sindicatos de jornalistas e o patronal. Os patrões reduzem sua pauta e aceitam fechar acordo com a discussão de dois pontos: salários e anuênio. Eles propõem pagar 4% de reajuste, mais abono de R\$ 400,00 depositado em uma previdência privada e o fim ou

congelamento do anuênio. Nas semanas seguintes os jornalistas realizam assembléias e rejeitam a proposta.

16 de outubro

O Sindicato das Agências de Propaganda do Estado do Paraná e garante reajuste de 7%, sem parcelamento, além da manutenção das cláusulas sociais.



31 de outubro

Nova negociação com os patrões. Eles aceitam pagar 7% de reajuste, em

duas parcelas de 3,5%. Mas, insistem no fim do anuênio.

17 de novembro

O sindicato patronal aceita em manter a cláusula do anuênio, desde que na CCT exista um item prevendo uma negociação entre os sindicatos no futuro.

20 de novembro

Em assembléia no Sindicato jornalistas aceitam o acordo, interrompendo o processo de julgamento de dissídio no TRT. Pelo acordo os jornalistas receberam 7% de reajuste, em duas parcelas de 3,5% e mantiveram as cláusulas sociais.

interior

Delegacias elegem diretores

As delegacias regionais do Sindicato dos Jornalistas realizaram em 10 e 11 de outubro eleições para a escolha dos seus coordenadores, secretários e representantes no Conselho de Delegados para o triênio 2000/2003. Foram às urnas jornalistas das cidades de Cascavel, Guarapuava, Foz do Iguaçu, Pato Branco e Francisco Beltrão. Dentre as responsabilidades dos novos diretores está manter a fiscalização do exercício legal da profissão de jornalista, o acompanhamento da qualidade de ensino de faculdades de comunicação e a execução de uma campanha ampla de filiação ao Sindicato.

Os diretores

Cascavel

Carlos Gruber Neto- coordenador
Mário Lemanski- secretário
Débora Cristina Lopes- representante no Conselho de Delegados.

Foz do Iguaçu

Marcelo Arend da Silva- coordenador
Maria Áurea da Cunha - secretária
Luciana de Souza Vicençoni, representante no Conselho de Delegados.

Guarapuava

Luiz Carlos Dias Júnior- coordenador
Newton Amorim da Silva Jr.- secretário
Marisa do Belém Pereira Kaminski- representante no Conselho

Pato Branco/Francisco Beltrão

Flávio Pedron - coordenador
Ari Ignácio de Lima- secretário
Rui da Cunha Machado- representante no Conselho
Heloíza Inocêncio- suplente

Ponta Grossa

Luís Carlos Dzulinski - coordenador
Victor Emanuel Folquening- secretário
Cíntia Xavier- representante no Conselho



Premiação destaca o jornalismo investigativo

O Sindicato dos Jornalistas e a Fundação Inepar promoveram em 14 de dezembro, no restaurante temático Vintage, a solenidade de entrega da segunda edição do Prêmio Inepar. Um dos poucos concursos no país a estimular de forma direta o aperfeiçoamento profissional de jornalistas, o Prêmio foi dividido em duas categorias - Brasil e Paraná, tendo respectivamente como temas "Energia e telecomunicações" e "Direitos humanos". Na categoria Brasil venceu a reportagem "Dúvidas.com", de autoria de Nilson Vargas, Guilherme Diefenthaler, José Alberto Gonçalves Pereira e Eduardo Salgado, publicada pela revista Amanhã, de Porto Alegre (RS). Na categoria Paraná, somente para jornalistas do Estado, quem venceu foi Valmir Denardin, da Folha do Paraná, com a reportagem "Testemunhas em perigo".

Os quatro vencedores da categoria Brasil receberam um prêmio de R\$ 5 mil em dinheiro, que foi dividido entre eles. Denardin recebeu como prêmio R\$ 7 mil em forma de incentivo a sua formação profissional. Era o que esperava. "Eu acho que foi uma iniciativa feliz da Inepar e do Sindicato em ter prêmio de incentivo à formação. E foi isso o que me motivou a inscrever a reportagem ao Prêmio", disse Denardin. Como o Prêmio, o jornalista quer realizar um curso de aperfeiçoamento em inglês, preferencialmente no exterior. O



Emerson Balhazar

Valmir Denardin e Guilherme Diefenthaler (abaixo): os vencedores da segunda edição do Prêmio Inepar de Jornalismo

Inepar foi a terceira distinção recebida por Denardin em sua carreira. Em 98, foi finalista do Esso Regional Sul. Em 99, ganhou um prêmio da Prefeitura de Foz do Iguaçu, referente a Turismo.

As reportagens vencedoras tiveram em comum a opção dos jornalistas pelo jornalismo investigativo. "Testemunhas em perigo", vencedora da categoria Paraná, mostra a situação crítica em que vivem as testemunhas de crimes no Estado. Denuncia também a falta de proteção e as falhas do programa de proteção a testemunhas no Paraná. Já a reportagem "Dúvida.com" aborda questões que o Brasil terá de responder para não virar coadjuvante na era digital.

A comissão julgadora da categoria Paraná foi formada pelos jornalistas Nilson Monteiro (Gazeta Mercantil),



Emerson Balhazar

Paulo Pedron (Instituto de Defesa dos Direitos Humanos), Luís Henrique Hermann (APP-Sindicato), Eduardo Goulart, Paulo Briguet (UEL) e Ricardo Woitowycz (Inepar). Na categoria Brasil, os julgadores foram Washington Mello (assessor do senador Arlindo Porto), Mirian Gasparin (Gazeta do Povo), Rosane Henn (Gazeta do Povo) e Sérgio Costa (Inepar).

arfoc

Nova diretoria para o biênio 2001/2002

Desde 1º de dezembro a ARFOC - Associação dos Reporteiros Fotográficos e Cinematográficos do Paraná tem nova diretoria. Luiz Augusto de Oliveira Costa, repórter-fotográfico da Gazeta do Povo, foi empossado presidente para o biênio 2001-2002, sucedendo a Irany Carlos Magno. Dentre as metas da diretoria estão a ampliação do quadro associativo, a participação ativa da associação na entidade nacional (a ARFOC - Brasil), e a organização de novas exposições



Divulgação

Luiz Augusto Costa, ao centro, e integrantes da nova diretoria da ARFOC

de fotojornalismo.

Além de Costa, na diretoria executiva da entidade estão Ricardo Almeida (Pre-

feitura de Curitiba), como vice-presidente; Valterci dos Santos (Gazeta do Povo), como 1º tesoureiro; João Noronha e Chuniti Kawamura (ambos do jornal O Estado do Paraná), respectivamente como 2º tesoureiro e 1º secretário, e Dino Sandro Menon (TV Paranaense), como 2º secretário.

A posse da Diretoria aconteceu no Memorial de Curitiba, com a abertura de três exposições distintas de fotojornalismo, que permanecem até 18 de fevereiro, no Salão Brasil.

Abertas as inscrições para o Sangue Novo

Estão abertas até 26 de janeiro as inscrições para o 6º Prêmio Sangue Novo no Jornalismo Paranaense, promoção do Sindicato dos Jornalistas e que este ano tem patrocínio da Rede Paranaense de Comunicação, através da Gazeta do Povo e da TV Paranaense - Canal 12.

Uma das principais premiações dirigidas aos acadêmicos de Jornalismo no Paraná, o Sangue Novo tem nesta edição um regulamento discutido e aprovado por representantes do Sindicato e das escolas de comunicação. Onze categorias compõem o Prêmio. Quatro de reportagem (impressa, para rádio, para televisão e fotográfica), cinco de projetos (em telejornalismo, radiojornalismo, jornalismo impresso, jornalismo para internet e jornalístico livre), mais as categorias de Melhor Monografia e Jornal Laboratório.

Dentre as novidades no ano há a limitação do número máximo de acadêmicos inscritos por trabalho. Os trabalhos de projetos podem ter até 20 alunos, desde que definidas suas funções. Em reportagens para TV o número máximo é de seis alunos por trabalho. Reportagem para Rádio, Reportagem Impressa e Reportagem Fotográfica o limite é de dois alunos. Melhor Monografia é trabalho individual. Outra novidade é que os trabalhos não poderão trazer os créditos da instituição de origem.

A expectativa do Sindicato é que neste ano o Sangue Novo tenha novo recorde de trabalhos inscritos e de instituições e alunos participantes. Ano passado inscreveram-se 156 trabalhos, oriundos de seis instituições. Como novas instituições passaram a oferecer curso de Jornalismo em 2000, estes números podem ser ampliados.

As inscrições ao 6º Prêmio Sangue Novo podem ser feitas na Secretaria do Sindicato, na Rua José Loureiro, 211, CEP 80010-140, Curitiba. Só serão aceitos trabalhos apresentados entre janeiro de 2000 e 25 de janeiro de 2001, limitando-se ao máximo de duas inscrições por autor ou equipe em cada categoria.



Jornais e eleições

As primeiras notícias da posse dos eleitos em outubro, duas perguntas se fazem necessárias sobre o trabalho da imprensa sobre as eleições a prefeitos e vereadores. A imprensa cobriu de forma democrática as eleições, oferecendo espaço igual e tratamento jornalístico aos candidatos, principalmente no segundo turno? E a cobertura realizada por ela interferiu nos resultados? Por causa dessas questões o Extra-Pauta ouviu jornalistas que cobriram as eleições e fez uma análise das matérias publicadas em quatro jornais diários de Curitiba (deixando de lado, portanto, a cobertura de rádio e televisão, por serem estas de difícil documentação). Essa análise também não levou em conta o material produzido por columnistas, cuja produção se desenvolve independente das editoriais dos jornais.

Embora a análise seja sobre jornais, é reconhecido que estes têm influência indireta junto aos eleitores, o que não acontece com as matérias de televisão e rádio, inclusive programas do horário político. "A TV interfere muito", reconhece Sandra Contarim Pacheco, editora de Política de O Estado do Paraná, para quem "os jornais atingem uma certa elite, que não é tão influenciável assim como a parcela da sociedade que vê TV".

Para Teresa Urban, chefe de Jornalismo da Folha do Paraná, a influência dos veículos de comunicação em eleições relaciona-se com a sociedade e os candidatos. "Quando uma campanha não tem forte laço com a população, os meios de comunicação acabam tendo papel de formador de opinião maior que o comum. Quando a discussão política é pautada pela sociedade, esse papel é neutralizado", afirma. Na sua opinião, seria essa participação política da sociedade o que teria diferenciado as eleições desse ano em Londrina e Curitiba, principalmente no segundo turno. "O Nedson (Micheletti, prefeito eleito em Londrina pelo PT) não teve na imprensa seu carro-chefe. Em Curitiba, o quadro muda. O que apareceu no jornal foi muito forte, embora os próprios jornalistas tendam a dar valor excessivo ao

papel que a imprensa desempenha".

O deputado Marcos Isfer, coordenador da campanha de Cássio Taniguchi no primeiro turno, acredita que a imprensa paranaense divulgou bem as eleições. "Houve cobertura com imparcialidade. A maioria dos veículos abriu espaços para os dois lados", diz. Para o deputado, um período fundamental do trabalho da imprensa teria sido o segundo turno, quando existiram "matérias sobre a postura dos candidatos, suas proposições e performances".

Roberto Salomão, jornalista e diretor da campanha do candidato Ângelo Vanhoni (PT), tem uma visão diferente. Ele considerou a imprensa apática e os jornalistas tímidos para abordarem os assuntos. "A imprensa do Paraná tem má vontade de investigar o poder, porque é muito dependente do governo e da prefeitura. Os jornalistas estão muito no dia-a-dia, o que implica em uma cobertura morna", afirma. Salomão destacou que a imprensa beneficiou Cássio Taniguchi (PFL), não só através do noticiário, mas pela omissão em investigar denúncias. As denúncias que chegaram às redações, contudo, não o foram através do PT, mas do PMDB. O PT preferiu adotar outra postura, seja por opção política, ou porque não teve uma estrutura de assessoria de imprensa capaz de enviar matérias diariamente às redações.

Perguntado se o apoio das empresas de comunicação a Cássio foi consequência ao anúncio do PT, de que iria cortar em um terço os custos com propaganda quando administrasse Curitiba, Salomão responde que não sabe o quanto isso interferiu. "Não havia um comportamento amigável dos veículos ao PT antes da campanha", observa.

Gazeta do Povo
Matérias sobre denúncias esbarraram em normas internas de alguns jornais, pre-



Foto com telefone público pichado e adesivo de Vanhoni, publicada pela Gazeta do Povo na semana no segundo turno

ocupados em não ter um processo judicial por conta das eleições. A Gazeta do Povo, por exemplo, decidiu que só publicaria denúncias com sentenças julgadas pela Justiça. Na Gazeta, a cobertura das eleições atendeu ao padrão estabelecido pela Rede Globo de Televisão aos jornais de suas empresas afiliadas. O jornal procurou dar voz a eleitores e atuar em prol da cidadania, destacando a importância do voto. No que se refere a políticos, o jornal optou por repercutir o resulta-

do das pesquisas e apresentar curiosidades sobre candidatos a prefeito e vereador. No segundo turno de Curitiba, além de repercutir o resultado das pesquisas, o jornal relatou os temas abordados pelos candidatos no programa eleitoral de rádio e TV. O jornal ofereceu espaços iguais aos candidatos e abriu diariamente uma página para que mostrassem sua opinião ante os problemas da cidade. Essa linha, fez com que o jornal não entrasse nas polêmicas que marcaram a campanha em Curitiba.

Na editoria de política a repórter Kátia Chagas cobriu a campanha de Cássio Taniguchi, enquanto Sílvia Macedo a de Ângelo Vanhoni. Ambas escreviam, diariamente, o mesmo número de linhas e toques sobre os candidatos. "A gente tinha um acordo. Às vezes uma tinha muito material e a outra tinha pouco. Então, conversávamos sobre o que poderíamos aumentar na matéria, ou diminuir", lembra Kátia. Se a Gazeta garantiu tratamento igual nos textos publicados nas páginas de política, não se pode dizer que na eleição houve um comportamento exemplar. Um exemplo é a nota sobre vandalismo em um telefone público, publicada na página 2, em 24 de outubro. Entitulada "Prazer ou necessidade de reeducação", a nota diz que "o orelhão está totalmente pichado e, se não bastasse, como estamos em época de eleição, é alvo de adesivos políticos". Isso, como se partisse de Vanhoni a determinação para que adesivos fossem colados em bens públicos, ou como se telefones pichados só existissem em época de eleição.

O Estado do Paraná

No caso de O Estado do Paraná, a editora de política Sandra Cantarim Pacheco diz que a orientação foi para que os candi-

Governo municipal diz que imposto de Curitiba é menor que de outras cidades.

As regras de pagamento do IPTU (Imposto Sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana) em Curitiba foram um dos principais temas debatidos durante a campanha eleitoral. Em resposta à essa polêmica, o prefeito Cássio Taniguchi (PFL) decidiu esclarecer ponto a ponto as acusações de que a alíquota adotada na cidade durante este ano penaliza a maioria dos contribuintes, como disseram seus adversários.

Taniguchi compara o IPTU cobrado em Curitiba com cidades administradas pelo PT. "O discurso social das administrações do PT não se

O IPTU nas três capitais

Imóveis residenciais		
Curitiba:	de 0,2% a 0,6%	
Porto Alegre:	0,85%	
Belém:	de 0,15% a 0,6%	
Imóveis comerciais		
Curitiba:	de 0,3% a 1,5%	
Porto Alegre:	1,1%	
Belém:	de 0,5% a 2%	
Terrenos vazios		
Curitiba:	de 1% a 3%	
Porto Alegre:	1,1%	
Belém:	de 1% a 3,5%	

Alegre, a alíquota é única. Os imóveis residenciais de Curitiba pagam alíquota de 0,2% a 0,6%. A variação é de acordo com a metragem do imóvel. Em Porto Alegre, a alíquota única é de 0,85%, explicam.

Para os técnicos da Prefeitura, um cálculo simples mostra a diferença de Curitiba para a capital gaúcha. Uma

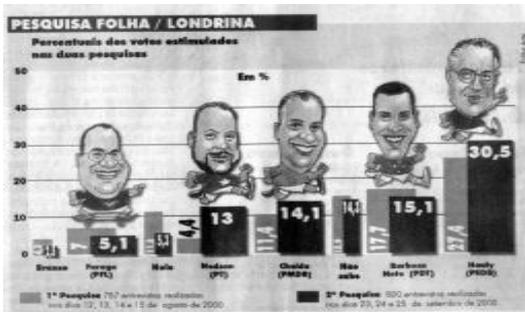
contribuinte curitibano, indicam os técnicos.

O mesmo critério vale para os imóveis comerciais. De acordo com os dados dos técnicos de Curitiba, em Porto Alegre, a alíquota única é fixada em 1,1%. Em Curitiba, ela varia de 0,3% a 1,5% de acordo com a metragem. A alíquota mínima é aplicada

Trecho da matéria "Prefeitura reage à polêmica do IPTU", publicada pelo O Estado do Paraná em 1º de outubro. Matéria proveniente do Comitê de Cássio Taniguchi



Gráficos da pesquisa da Folha do Paraná, publicados em 1º de outubro: dia do primeiro turno em Curitiba e Londrina



Reprodução

dados tivessem espaço idêntico, “principalmente no segundo turno”. “No primeiro, só foi orientado para houvesse uma cobertura equilibrada, sem esquecer os nanicos”, explica. Uma leitura atenta revela que o jornal ofereceu apoio à candidatura de Cássio Taniguchi

e também aos vereadores Fábio Camargo (PSC), Luiz Felipe Braga Cortes e Nei Leprevost (PFL), estes noticiados com frequência na coluna Panorama.

Se houve mérito na cobertura de O Estado do Paraná, é que todos os assuntos foram pautados e houve espaço para o PT. No entanto, em 1º de outubro, data do primeiro turno, o jornal abriu a página 5 com a matéria “Prefeitura reage à polêmica do IPTU”. Essa matéria teve seu texto trabalhado pelo jornal, a partir de um release oriundo do Comitê de Cássio Taniguchi e comparou valores de IPTU cobrados em Curitiba com os das capitais governadas pelo PT. Isso, no instante em que a votação dos partidos de oposição forçava o segundo turno em Curitiba, exatamente entre PFL e PT.

No segundo turno, O Estado do Paraná deu destaque exagerado a visita que Cássio Taniguchi fez à redação em 4 de outubro. Cássio ganhou a primeira página, tratamento não dado à visita de Ângelo Vanhoni. Chamadas de destaque na primeira página alertaram aos eleitores que Cássio estava subindo nas pesquisas, o que foi feito de forma tímida após o primeiro turno, quando Vanhoni veio a liderar as intenções de voto. Matérias comuns aos dois candidatos, como as que traziam resultados de pesquisas, iniciavam geralmente enfocando a candidatura de Taniguchi.

Folha do Paraná
A Folha do Paraná foi o jornal que

mais destinou espaços à esquerda. Houve políticos que reagiram negativamente à Folha nas eleições, mas não necessariamente pela cobertura jornalística. O jornal resolveu aferir a opinião de eleitores montando um instituto de pesquisas próprio, cujo resultado não foi dos melhores, sobretudo no primeiro turno.

Em 1º de outubro, dia do primeiro turno, a pesquisa do jornal apontava Cássio Taniguchi com 48,7% e Ângelo Vanhoni com 19,6% (o resultado terminou sendo de 43,97% para o primeiro e 35,37% para o segundo). Em Londrina, com base na pesquisa, o jornal afirmou: “Luiz Carlos Haully praticamente tem assegurada a vaga para o segundo turno, com 30,5% das intenções de voto”. Foram para o segundo turno Nedson Micheletti (PT), que na pesquisa estava em 4º lugar com 13%, e Barbosa Neto, o 2º colocado da pesquisa com 15,1%. “Na última pesquisa a gente tinha franca ascensão de Nedson e uma rejeição grande a Haully. E a rejeição é tão importante quanto percentual. A vitória do Nedson só surpreendeu pelo tamanho da diferença”, defendeu Teresa Urban.

Por conta do desempenho das pesquisas no primeiro turno, a Folha iria sofrer críticas do vereador Jorge Samek (PT), quando em 20 de outubro apontou Cássio Taniguchi à frente de Vanhoni. O vereador disse à Rádio CBN que a pesquisa não era confiável. Teresa Urban viu a crítica como um ato isolado do petista. “O fato é

que PT não soube aproveitar as informações que a pesquisa estava dizendo, como sexo e faixa de renda, que diziam muito sobre o que estava acontecendo em Curitiba”, rebateu Teresa.

Jornal do Estado
Se houve um jornal diário em Curitiba que não escondeu sua preferência política, este foi o Jornal do Estado. Não é necessária uma leitura atenta das matérias para ter a impressão de que o JE se pautou pelo ritmo e interesses do Comitê de Campanha de Cássio Taniguchi. Serve como exemplo a página 3 do Jornal, publicada em 27 de outubro, dois dias antes do segundo e decisivo turno. Sem uma explicação plausível, a não ser trazer medo aos (e)leitores, o JE trouxe a tona o caso das invasões de terrenos da Ferroviária, ocorrida em 91. Esse tinha sido o principal assunto do programa do horário gratuito de Taniguchi, exatamente na noite anterior.

Outro exemplo: no segundo turno, o JE enfatizou que o PT estaria escondendo da imprensa o candidato a vice-prefeito, José Maurino. Em uma das matérias, diz textualmente que o vice de Vanhoni era despreparado. A matéria acabou sendo repercutida no horário político do PFL e mesmo em jornais apócrifos distribuídos na rua. O JE provocou, ainda, a ira da oposição ao divulgar duas listas de secretariado do PT – nelas chegaram a cons-

Vanhoni, um habitué de sofisticado restaurante

Quem ainda tiver dúvidas sobre se o deputado Ângelo Vanhoni está ou não convertido às delícias da vida burguesa, pode conferir: ele é, há anos, assíduo comensal de um dos restaurantes mais finos (e caros) de Curitiba, o Bologna. O tradicional endereço da família Calicetti recebe o prefeiturável com frequência, assim como grupos de petistas de ternos bem cortados e gestos aristocráticos até.

Clarissa, a2

tar os jornalistas Roberto Salomão, Maigue Gueths, Éilson Faxina, Mari Tortato, Terza Urban e Lea Oksenberg -, publicadas enquanto o candidato petista estava à frente nas pesquisas. A veracidade dessas listas é até hoje contestada pelo Partido dos Trabalhadores.

A opção por Cássio Taniguchi estava clara inclusive na paginação do jornal. O JE reservava sempre a página 3 para a candidatura à reeleição do prefeito, sendo que na página só saíram matérias sobre o PT quando negativas. Procurado pelo Extra Pauta para comentar sobre a cobertura do JE nas eleições, o diretor Aroldo Murá preferiu não conce-

“PT incentiva invasões”, diz Greca

Foram necessárias três administrações para recuperar socialmente famílias da Ferroviária

Dois exemplos da cobertura realizada pelo Jornal do Estado na eleição



A sede do JE e o muro: pichação é uma ironia ou percepção diferente da realidade?



Jornalistas pedem demissão

Pelo menos dois jornalistas em Curitiba perderam seus empregos durante as eleições, por se oporem a publicar notícias ao gosto das empresas, conforme suas conveniências política ou econômica. No início de outubro, Adir Nasser Júnior foi afastado da editoria de Economia do Jornal do Estado para, em seguida, pedir demissão do jornal. Em 26 de outubro, Roseli Abrão pediu demissão do Diário Popular.

Adir Nasser Júnior deixou o Jornal do Estado, após recusar que seu nome apare-

cesse no expediente do jornal, como editor de Economia, em 1º de outubro. Em 30 de setembro, ele foi chamado pela chefia do jornal para publicar uma matéria contra o PT. "Era uma matéria sobre IPTU, que trachava um comparativo com os das cidades do PT. Eu não poderia mudar uma vírgula e editar nada", lembrou. Ao pedir que seu nome não saísse no expediente, Adir perdeu a editoria por ordem de Aroldo Murá. Adir ainda trabalhou dois dias como repórter, mas como havia vencido seu prazo de experiência, pediu demissão.

Roseli Abrão saiu do Diário Popular já na reta final do segundo turno. Seu caso foi levado ao conhecimento do vereador Tadeu Veneri (PT), que em 30 de outubro fez pronunciamento na Câmara Municipal a favor da jornalista. "O que foi dito pela jornalista Roseli Abrão é que ela não faria campanha a nenhum dos dois candidatos e que manteria sua independência", relatou Veneri. "As pressões que sofreu foram extremamente grandes e ela preferiu demitir-se a perder sua dignidade", enfatizou. O discurso foi reproduzido pelo Diário em

sua edição de 31 de outubro, com uma nota da redação. Na nota, a direção do Diário apresentou seu conceito de liberdade de imprensa. "Há liberdade, que caminha com a liberdade de imprensa, para as empresas agirem da melhor forma possível e de acordo com a lei". Sobre o pedido de demissão, o jornal destacou que cada empresa "tem seus preceitos administrativos, o que é amplamente legal, e o direito de segui-los, assim como o trabalhador tem igual direito, não concordando em não fazer parte do quadro funcional".

Apócrifos proliferaram nas eleições

Quem imaginou que os jornais apócrifos teriam vida curta nas eleições a prefeito teve uma decepção. Eles circularam de forma explícita e foram distribuídos por cabos eleitorais nas ruas e em terminais de ônibus. Jornais apócrifos foram editados por todos os partidos políticos, escondidos sobre o nome de movimentos ditos populares ou mesmo das coligações partidárias.

O Sindicato dos Jornalistas considera jornal apócrifo aquele que não tenha jornalista responsável, isto é: um profissional que responda pelas matérias judicialmente. E o Sindicato tentou fazer com que Tribunal Regional Eleitoral do Paraná considerasse crime eleitoral todos os jornais sem um profissional responsável. O presidente da entidade, Mário Messagi Júnior, fez essa solicitação pessoalmente ao presidente do TRE, o desembargador Tadeu Costa, em reunião realizada em 2 de agosto. Mas, acabou ficando nisso.

Na eleição saíram jornais como o do "Movimento Sindical e Popular em Defesa de Curitiba", que na contracapa trouxe "11 razões para não votar em Vanhoni", entre as

quais "ele nunca trabalhou", "ele é ateu", "ele defende a violência" e "ele ajudou a quebrar o Banestado". O "Jornal da Gente!", da Campanha da Coligação Curitiba Vida Melhor, pró-Ángelo Vanhoni, misturou recursos de propaganda com jornalismo e colocou em manchete: "Curitiba inteira é Vanhoni". E, como nos jornais favoráveis a Cássio Taniguchi, mais acusou o adversário que mostrou propostas de administração de seu candidato.

O desprezo à ética jornalística não ficou restrito aos apócrifos. Houve jornais diários e de bairros, assinados por jornalistas, que fizeram feio mesmo após as eleições. Um exemplo é o Jornal da Barreirinha, que saiu com a manchete "O bem venceu o mal na última batalha do século". A foto do "bem" traz Taniguchi abraçado a uma idosa, enquanto que o "mal" é representado por fotos de Ângelo Vanhoni, Roberto Requião e Álvaro Dias. O curioso é que o jornal tem como responsável o jornalista e vereador reeleito Jorge Bernardi (PDT), que apoiou Vanhoni no segundo turno. Se fosse futebol, seria um autêntico gol contra.

Juíza tira rádios do ar

Para que a população não possa ser induzida a votar em um candidato, o silêncio. Essa foi a intenção da juíza eleitoral de Guarapuava, Christine Kampmann Bittencourt, que determinou em 30 de outubro que as seis rádios da região ficassem fora do ar por 24 horas. As emissoras não puderam transmitir nem mesmo suas programações musicais. Nas eleições a juíza foi, ainda, indiretamente responsável por outro episódio: o fechamento do Departamento de Jornalismo da Rádio Exclusiva, em resposta a uma multa contra a emissora.

Segundo o jornalista Luiz Carlos Dias Júnior, editor da Folha Regional, a "juíza tentou usar a lei ao pé da letra". Como na eleição anterior a prefeito de Guarapuava a Justiça suspendeu por 24 horas a Rádio Guairacá FM, nesse pleito era provável que uma emissora ao menos sofresse multas e sansões. Mas não todas. Foram suspensas as rádios Atalaia AM, Difusora AM, Exclusiva AM, Entre Rios FM, Cultura AM/FM e Guairacá FM. O motivo da suspensão foi a leitura de um panfleto apócrifo na Rádio Cultura.

Como acontece em muitas cidades do interior, em Guarapuava são bastante nítidas as relações entre veículos de comunicação e políticos. A Rádio Guairacá fez a campanha de seu proprietário: o deputado Fernando Ribas Carli (PPB). A Rádio Cultura, Atalaia e Difusora foram favoráveis a candidatura a reeleição de Vitor Hugo Burko (PSDB), que terminou vitoriosa. A primeira emissora pertence a um grupo religioso, enquanto que

as demais ao grupo de Artgão de Mattos Leão. Nos jornais os interesses políticos das empresas misturam-se da mesma forma que os editoriais. O Folha Regional defendeu Vitor Hugo, assim como a "Nova Tribuna", jornal de Cristine Esteche, que foi secretária de comunicação de Burko. Na oposição está a Tribuna de Guarapuava, dirigida pelo irmão de Cristine, Paulo Esteche, ex-secretário de Comunicação do ex-prefeito César Franco.

Sem os empregos

A juíza Christine Kampmann Bittencourt não apenas proibiu as rádios de funcionar no dia da eleição, como multou as emissoras durante a campanha. Por conta de uma multa, os jornalistas Francisco Carbone e Paulo Bouzeki perderam o emprego da Rádio Exclusiva, onde apresentavam o "Exclusiva Debate". A emissora decidiu extinguir o Departamento de Jornalismo e passou a retransmitir os radiojornais da Rádio América, de São Paulo. O curioso é que a experiência com jornalismo local durou pouco na emissora: apenas 45 dias.

Em agosto, Carbone perderia seu outro emprego na TV Centro-oeste (emissora a cabo), onde apresentava o Jornal TV. Uma denúncia contra o presidente da Câmara de Vereadores, Valtamir Siqueira Alberti, teria sido o motivo para a demissão. O jornalista estuda agora novas propostas. Quer recomeçar a trabalhar em janeiro, de preferência em Guarapuava ou Laranjeiras do Sul.



Capa da edição de dezembro do Jornal da Barreirinha



Sobre a rua Márcio Geenen

Casemiro
Eugênio Linarth

Márcio Henrique Martins Geenen agora é nome de rua. A proposição foi feita pela vereadora Julieta Reis e aprovada pela Câmara Municipal de Curitiba. Márcio formou-se jornalista em 1971 pela Universidade Federal do Paraná e foi escritor premiado no Concurso Unibanco de Literatura. Chefiou as redações dos jornais *O Estado do Paraná* e *Tribuna do Paraná* e iniciou a circulação dos jornais *Indústria & Comércio* e *Correio de Notícias*. Foi também o editor-chefe do jornal *Cidade & Campo*, publicado como encarte na *Voz do Paraná*. Morreu prematuramente em 24 de outubro de 1977, aos 30 anos, num acidente de automóvel. Era casado com a jornalista Suman Gaertner.

Em menos de seis anos como profissional, Márcio Geenen desenvolveu uma atividade intensa. Três aspectos merecem ser ressaltados: a atuação política, com a participação no movimento de oposição sindical e na luta pela redemocratização do país, a contribuição para a qualificação profissional dos jornalistas de Curitiba e o seu estilo jornalístico de muita criatividade.

Márcio iniciou a sua atividade política já durante o curso, como vice-presidente do Centro de Estudos de Jornalismo da UFPR, o CEJUP, na gestão 68/69, nos anos dourados do movimento estudantil no Paraná. Como destaque neste período, o reconhecimento do curso pelo Ministério de Educação e Cultura em novembro de 1968, após uma greve memorável, quando era reitor da Universidade Flávio Suplicy de Lacerda.

Mas a sua atuação mais intensa ocorreu após ter saído da chefia de redação do *Estado do Paraná*, quando vários jornalistas for-



Arquivo de família

Márcio Geenen foi homenageado com nome de rua. Era um jornalista criativo e importante intelectual de esquerda.

mados na Universidade buscavam novas alternativas profissionais, nos anos de 1975 a 1977. Um grupo de profissionais da imprensa se reunia quase todos os dias no extinto Bar Cometa, na Rua XV de Novembro, em frente à Livraria Ghignone. Grandes trocas de idéias sobre jornalismo e política, das quais chegaram a participar mais de 25 pessoas, entre jornalistas e profissionais de outras áreas.

Foi a época de um grande salto na qualificação dos jornalistas em Curitiba. Os cursos de jornalismo, na época, apresentavam deficiências enormes, e isso foi amplamente compensado com as trocas de idéias, artigos, revistas e livros no Bar Cometa. A prática

vinha no dia seguinte, nas redações, evidentemente com as limitações impostas pela censura da ditadura militar. Muitas idéias foram concretizadas no jornal *Cidade & Campo*, publicado aos domingos como encarte na *Voz do Paraná*. O objetivo era sempre furar a censura. Das trocas de idéias participavam quase todos os jornalistas que na época trabalhavam nas cursais em Curitiba de jornais e revistas de Rio e São Paulo.

Márcio Geenen também teve um papel fundamental na articulação do movimento de oposição sindical. Devido à intervenção no Sindicato de Jornalistas pela ditadura militar, poucos profissionais se dispunham a fazer oposição. À primeira reunião para discutir a formação de uma chapa alternativa, realizada na Sucursal da Folha de Londrina, que na época funcionava na Praça Osório, compareceram apenas 15 jornalistas. A maioria era constituída por formados há pouco tempo na Universidade Federal do Paraná, que ainda não eram registrados na Delegacia Regional do Trabalho, porque os diplomas do

curso não haviam sido expedidos, e portanto não podia votar. Foi do Márcio a indicação do candidato de oposição, Milton Ivan Heller.

Foi também do Márcio a sugestão do nome Bife Sujo para o pequeno bar situado nos fundos da Boca Maldita, que no começo reunia pouca gente, mas que, com o crescimento da oposição à ditadura, tornou-se local de encontro obrigatório dos que lutavam pela redemocratização do país. Polêmico, com um estilo jornalístico brilhante, bom articulador, Márcio Henrique Martins Geenen deu uma grande contribuição ao jornalismo paranaense, e merece muito mais do que ser apenas um nome de rua.

Casemiro Eugênio Linarth é jornalista.

Prêmio Esso

O Prêmio Esso tem entre os finalistas da categoria Regional Sul dois jornalistas paranaenses. Lúcio Flávio Moura, da Folha do Paraná, compete com a reportagem "Pastoral da Criança-Sobreviventes Chegam à Adolescência Desassistidos". Já Romeu de Bruns é finalista com "Comida Perigosa", escrita para a revista gaúcha Amanhã. O terceiro finalista da categoria é Carlos Wagner, do jornal Zero Hora, de Porto Alegre. O resultado do Esso sai em 19 de janeiro, em cerimônia no Sofitel Rio Palace, Rio de Janeiro.

Direito de imagem?

O registro da imagem de policiais militares retirando artesãos na Praça Santos Andrade, em 17 de novembro, gerou problemas ao repórter-fotográfico Kraw Penas, da Folha do Paraná. Ele foi ameaçado pelo tenente Nelson Estocchero, que não gostou de ser fotografado e disse textualmente que teria uma conversa diferente com o repórter, se sua imagem fosse publicada no jornal. Essa foi a segunda vez que Kraw tem problemas com Estocchero, que mesmo fardado e em ação policial, protesta por um direito que é pertinente a civis. O caso foi encaminhado a Ouvidoria do Estado.

Verdades?

O "site" se diz ousado, feito por um grupo de jornalistas independentes que resolveram falar a verdade dos fatos que não aparecem na imprensa. Quem acessar o endereço www.verdades.virtualeve.com irá se e deparar, porém, com uma péssima idéia do que é jornalismo, a começar pelo fato de ser apócrifo. O "site" traz matérias virulentas e não faz a crítica, mas insulta os jornalistas Mário Messagi Júnior, Teresa Urban, David Campos, Rafael de Lala e Fabrício Binder. É caso de polícia.



Os populares em 2050

Cláudio Dalla Benetta

Uma questão cada vez mais frequente na mídia: a internet vai liquidar os jornais? As revistas de informação vão sobreviver à informação eletrônica?

A princípio, para os jornalistas, será apenas uma troca de mídia: passaremos do papel impresso para o texto na tela. Mas a informação impressa desaparecerá?

Não custa fazer um exercíciuzinho de futurologia. Afinal, é nosso destino (profissional) que está em jogo.

Primeiro, vejamos os jornais como são hoje. Quem compra um jornal para ler notícias, já recebeu no dia anterior uma carga de informações pela televisão. O leitor já tem, portanto, um apanhado dos principais assuntos. Vai procurar os detalhes, a análise. Se, ao invés de ir à banca, ele visitar os vários *sites* noticiosos na internet - e cada vez aumenta mais o número deles -, é provável que sacie sua sede de informação. Se for alguém que não abre mão de novas tecnologias, o jornal impresso perdeu-o definitivamente. Coisa de alguns anos, apenas. O leitor comum, "normal", poderá ser segurado por mais tempo. Quanto?

Se o cidadão compra um jornal por causa dos classificados, dos anúncios de imóveis e coisas assim, é também questão de tempo para que ele descubra que, via internet, é mais fácil pesquisar. Um imóvel, por exemplo: digita o tipo, o valor que pretende pagar, o bairro que lhe interessa e deixa que o computador faça o resto. É só escolher.

Os próprios jornais, em sua versão eletrônica, já oferecem esses serviços. Competem consigo mesmos. Mas já há *sites* especializados em imóveis, em vendas de bens diversos, novos ou usados. Que espaço sobra ao jornal impresso?

É aqui que podemos elucidar teorias.

Passeemos pela realidade atual. Em

Curitiba, os principais jornais que circulam têm páginas na Internet, todas de boa qualidade. A Gazeta do Povo, O Estado do Paraná, a Folha do Paraná, o Jornal do Estado podem ser lidos eletronicamente, com serviços de busca, edições anteriores, possibilidade de acessar apenas por assuntos de interesse, etc, etc. A versão eletrônica é até superior à impressa, em alguns casos. Sem contar aspectos ambientais: a fabricação do papel destrói, a tinta polui, o

transporte congestionava e também causa poluição. A telinha é limpa.

A versão impressa destes jornais está na mira de um gatilho impiedoso, o do futuro. É só prever em quantos anos ou décadas. Em 2050, talvez sejam só História. Mesmo a Gazeta, que hoje usa dois atrativos, o jornalismo e os classificados.

Para que os jornais desapareçam, bastará que a tecnologia de leitura via internet evolua um pouco mais. A telinha

de computador ainda é ruim para se ler, embora um jornal volumoso, espalhado sobre uma mesa inteira, também não seja muito prático. O leitor de domingo é antes de tudo um forte.

Mas o futuro é igual para todos? Prosigamos o exercício futurista.

O empresário continuará lendo seu jornal econômico, que sempre terá detalhes além dos que consegue captar eletronicamente; as revistas de informação, possivelmente com algumas adaptações, também devem ter uma sobrevida; e, provavelmente, haverá ainda espaço garantido para os jornais populares - sensacionalistas, se você preferir. Seja em Curitiba, seja no Rio de Janeiro ou em Londres.

A chance deles é que o escândalo e o crime, a emoção da torcida e o flagra obtido pelos *paparazzi* da vida não são muito bem captados na telinha.

Mais: até como defesa contra tanta tecnologia, muitos atenuarão suas rotinas com a leitura do escândalo do dia, do crime que embatucava a polícia. Porque haverá ainda por muitos anos escândalos e crimes e polícias embatucadas, por certo. Ou, por outra, não há tecnologia que consiga derrubar a dobradinha futebol.

Os jornais populares, como a Tribuna do Paraná e o Primeira Hora têm um pé no passado e outro no futuro, passando por cima da cibernética.

Sem contar que a tecnologia será acessível a cada vez mais pessoas ao longo dos próximos anos. Mas, para as faixas populares, continuará sendo mais em conta pagar R\$ 0,50 pela Tribuna do que arcar com o custo de instalação da parafernália eletrônica que a internet exige, mais o gasto mensal com a linha de acesso ao mundo virtual.

Respeite os populares. Eles são o futuro tanto quanto a internet.

Cláudio Dalla Benetta *é jornalista*



LIVRARIA DO CHAIN - EDITORA



Rua General Carneiro, 415 - Curitiba - Pr - Cep 80060-150



Ter dois empregos gera demissão

No Paraná é comum que jornalistas realizem jornada dupla de trabalho em veículos diferentes. A prática justifica-se, na maioria das vezes, pelo fato das empresas fazerem do piso salarial o teto, o que impulsiona os profissionais a buscar dois empregos para manter um padrão de vida aceitável. Trabalhar para duas empresas pode, no entanto, gerar problemas aos profissionais, se estes não fizerem um acordo prévio e flexível com as empresas e as chefias. Simone Giacometti que o diga.

Repórter por sete meses na TV Iguazu, onde trabalhava no período da tarde, Simone aceitou em outubro ser "free-lancer" na Rádio CBN, no período da manhã, em substituição às férias do repórter Rodrigo Leite. No dia 10 daquele mês, foi designada pela CBN para cobrir uma rebelião no presídio de Piraquara. Ainda pela manhã, ela informou onde estava a

Rosi Guillen, chefe-de-redação da TV Iguazu, que determinou que ela permanecesse em Piraquara e realizasse a cobertura da tarde para o TJ Paraná. "Tomei todos os cuidados. Liguei para a rádio e informei a chefe-de-redação, Michele Thomé, que trabalharia à tarde para a televisão. Ela me disse que estava mandando outro repórter da CBN para trabalhar à tarde", recorda Simone.

Tudo daria certo, se a equipe da emissora de rádio não se atrasasse. Por vol-



ta das 14 horas, os presos solicitaram a entrada somente das equipes da Globo e Bandeirantes no Presídio. Simone não viu problema algum entrar com um boletim ao vivo para a CBN, enquanto o repórter-cinematográfico da TV fazia as imagens. Foi encerrar sua participação no boletim, para receber uma ordem de Rosi através do telefone celular, para que abandonasse a matéria e voltasse imediatamente à TV Iguazu.

Simone foi demitida pela TV, inicialmente por justa causa, após discutir com

Edilson Romanini, diretor de Jornalismo da emissora. Em entrevista ao Extra-Pauta, Edilson disse que não havia outra saída. "Ela estava trabalhando para as duas empresas ao mesmo tempo. Se isso nos tivesse sido comunicado, diríamos que não pode. Nós nos sentimos prejudicados", afirmou. Edilson destacou que existe um regimento interno na empresa, que proíbe o trabalho simultâneo para outra empresa e prevê a demissão imediata do funcionário.

O caso foi levado por Simone ao conhecimento do Sindicato, que através da sua Assessoria Jurídica intercedeu junto ao Departamento Jurídico da TV e conseguiu transformar a demissão em "sem justa causa". Apesar de passar por dias nervosa com a demissão, Simone teve sorte. Trabalhou na CBN até dezembro, quando aceitou convite da Rede Paranaense de Comunicação (Rede Globo), para ser repórter em Foz do Iguazu.

Edilson Romanini, diretor de Jorna-





encontro

Um encontro informal entre jornalistas, cada qual em um bar diferente, uma vez ao mês, respeitando-se a característica de cada bar.

Esta é a filosofia do projeto Ronda da Noite, que foi lançado pelo sindicato em 3 de outubro e teve, até o momento, todas com custo zero para o Sindicato, três edições.

O primeiro Ronda das Noite aconteceu no Café Curação e teve como pretexto a negociação salarial e o “não” às primeiras propostas patronais- um dos temas levados pelo sindicato à categoria na época.

O segundo, realizado no Era Só O Que Faltava, trouxe como novidade o projeto



Arte dos Jornalistas e um encontro literário-musical de Zeca Leite e José Suassuna. Zeca leu alguns de seus poemas, enquanto Suassuna revelou sua paixão pela viola caipira, tocando clássicos como “Chitãozinho e Xororó” e “O Menino da Porteira”, além de transcrições de “Asa Branca” e “Andança”.

No terceiro “Ronda da Noite”, realizado em 14 de dezembro, no Restaurante Temático Vintage, o clima era de premiação. O Sindicato e Inepar fizeram a entrega do Prêmio Inepar aos jornalistas Guilherme Diefenthaler, da revista Amanhã, de Porto Alegre, e Valmir Denardin, da Folha do Paraná.

Fotos: Emerson Balhazar



No Café Curação: Dennis Ferreira Neto, Júlio Tarnowski, Lyrian Saiki, Mário Messagi Jr., João Noronha e João Alceu

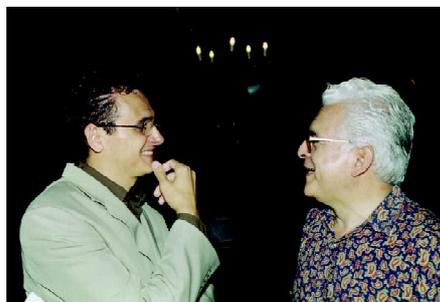


Show de jornalistas no Era Só o que Faltava: Zeca Leite lê seus poemas e José Suassuna dedilha a viola



Jorge Mosquera, Jonny Basso e Lillian Tavares, colocam o papo em dia na primeira edição do Ronda da Noite

Adélia Lopes, com a camiseta do Ronda, e José Oliva: atenção ao show de Zeca e Suassuna



No Vintage, Valmir Denardin troca idéia com Eduardo Goulart



Zeca Leite mostrou seu universo poético: estórias de um Brasil simples, de josés e mariinhas



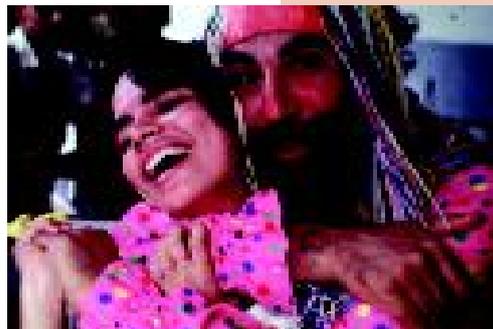
São 25 anos de fotografia, exposições, alguns prêmios e reportagens que mostram uma técnica aprimorada no dia-a-dia. "Minha técnica é o cotidiano", diz João Noronha que, por timidez ou por ter decidido morar em Curitiba exatamente neste ano, deixou que esse aniversário ficasse em branco, sem festa. João começou a fotografar em Franca. Depois vieram agências de publicidade e jornais de São Paulo e Rio de Janeiro, pesquisas em Minas Gerais e Tocantins. A fotografia fez Noronha conhecer o Brasil, abrir o foco para seus contrastes. É a natureza em devastação, o prédio em chamas na Avenida Paulista, a gente oprimida nas cidades, a alegria do carnaval e muita coisa mais. Medalha de bronze no Interpress Photo, em 91, menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog, em 91, João fotografa hoje para O Estado do Paraná. Sabe que estava em seu destino registrar a gente e os fatos que acontecem aqui. Curitiba é, por opção, a mais nova morada de sua vida, a mais recente paisagem de sua arte.

Retratos do Brasil

João Noronha



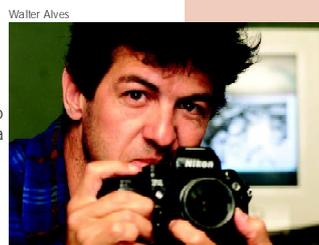
Ação policial em um ônibus, Rio de Janeiro 1991



Carnaval em Cataguazes, Minas Gerais. 1982



Cervos do Pantanal. 1994



João Noronha



Incêndio em prédio na Av. Paulista. 1987

Mais fotografias de João Noronha podem ser vistas através da internet, pelo endereço <http://jnoronha.cjb.net>



Fenaj aprova criação de Conselho Nacional

Os jornalistas que participaram do 29º Congresso Nacional dos Jornalistas, realizado em Salvador de 7 a 9 de setembro, aprovaram a preposição de um projeto-de-lei para criar o Conselho Nacional dos Jornalistas e a retomada do Fórum pela Democratização dos Meios de Comunicação. E estabeleceram que se iniciem os debates sobre a fundação de uma confederação para os trabalhadores em comunicação, que reuniria jornalistas, radialistas, gráficos e profissionais de empresas de informática e telecomunicação.

No Congresso foi enfatizado o papel da Fenaj, enquanto entidade política dos jornalistas. Uma de suas atribuições imediatas será convencer um parlamentar para que lute pela criação do Conselho, projeto através do qual os jornalistas ganharão uma entidade fiscalizadora de registros e da conduta ética dos profissionais. Há vários modelos de Conselho em estudo pela Fenaj. Na opinião de Beth Costa, presidente da entidade, o projeto com o modelo de Conselho só poderá ser debatido em março, quando da reunião de Representantes da Fenaj. Uma vez aprovado pela Fenaj, o texto será encaminhado à Câmara dos Deputados.

Independente do Conselho, o Congresso avalizou a reedição do Fórum de Democratização dos Meios de Comunicação, para debater assuntos importantes, como a entrada do capital estrangeiro nas empresas de comunicação. Beth Costa diz que esperava que os jornalistas debatessem no Congresso esse tema com profundidade. No entanto, “as pessoas que participaram do debate não tinham acúmulo de formulações para que a Fenaj tomasse uma decisão”, explicou.

Um grande sindicato

Uma medida importante do Congresso refere-se Confederação Nacional dos Trabalhadores em Comunicação, que reuniria jornalistas, radialistas, publicitários, gráficos e mesmo profissionais que atuam em informática e telecomunicações. Os jorna-



listas entendem que a união e mesmo a fusão de entidades daria mais forças às categorias em suas negociações. O Congresso deliberou a criação de uma comissão para tratar do assunto, formada por represen-

tes de sete estados. Ao mesmo tempo, aprovou a organização de uma campanha nacional de sindicalização conjunta, com materiais unificados, que deve começar em março de 2001.

Outras medidas relacionadas a estrutura profissional foram debatidas no Congresso, como a inserção da função de assessor de imprensa na regulamentação da profissão de jornalista. A Fenaj deve criar uma campanha nacional para valorização do jornalista que atua em assessoria de imprensa ou comunicação. E os sindicatos foram incumbidos de realizar um censo, para identificar quantos são os jornalistas que atuam como assessores e qual carga horária eles cumprem diariamente. Essa preocupação existe também para com os jornalistas que trabalham na internet. O Congresso determinou que os Sindicatos negociem com provedores e empresas de internet, para que os jornalistas desta nova mídia recebam os mesmos benefícios previstos nas convenções de trabalho assinadas com as empresas de jornais e revistas.

O 29º Congresso reuniu 467 participantes, entre 25 delegações, de 23 estados. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná enviou ao Congresso o presidente Mário Messagi Jr. e os diretores Fernando Alves e Sílvio Rauth Filho. O próximo Congresso acontecerá em 2002, em Manaus, Amazonas.

Outro Conselho

Os jornalistas que estiveram no Congresso aprovaram também a constituição imediata do Conselho Nacional dos Meios de Comunicação, conforme previsto na Constituição Federal. O projeto para a instalação deste Conselho encontra-se há pelo menos dez anos engavetado no Senado. Ao contrário do conselho profissional, também discutido e cuja criação foi aprovada no Congresso, o dos Meios de Comunicação atuará nas grandes questões que envolvem a comunicação, como a que determina a entrada capital estrangeiro nas empresas de comunicação.

Outros temas discutidos foram a criação de uma rede solidária de jornalistas. A categoria demonstrou que está interessada na formação de jornalistas cidadãos. Nesse sentido, sugere a criação da “Cátedra Fenaj de Jornalismo para a Cidadania”, nas escolas do Jornalista e em ciclos de palestras, realizados em parceria com universidades.

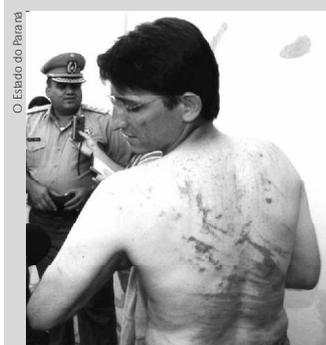
Jornalista é torturado no Paraguai

Brasileiros falsificando documentos para se alistar no Exército do Paraguai. Em 19 de dezembro, o jornalista Mauri König, correspondente de O Estado do Paraná em Foz do Iguaçu, foi realizar uma matéria sobre esse assunto na colônia de San Alberto, que fica a 80 quilômetros de Foz. Ele voltou do Paraguai com hematomas no rosto e nas costas.

König foi abordado por três homens que estavam em uma caminhonete vermelha, sendo que um deles vestia uniforme da Polícia Nacional. Eles espancaram o jornalista com cordas, pedaços de pau e correntes de metal e tentaram enforcá-lo. Na avaliação do jornalista, a tortura que sofreu seria uma retaliação a matéria sobre o envolvimento de policiais paraguaios com prostituição infantil, exibida em 18 de dezembro no Programa do Ratinho, no SBT. A relação entre as matérias existe porque Mauri estava no Paraguai dirigindo um carro do jornal, onde está o logotipo do SBT. O veículo voltou riscado com a frase “Abaixo a imprensa brasileira”.

Mauri König apresentou denúncia ao Ministério Público e ao Consulado do Brasil em Ciudad Del Este. A Polícia Nacional do Paraguai informou que vai investigar a denúncia. O Sindicato dos Jornalistas fez nota de repúdio e enviou correspondência à Embaixada do Brasil no Paraguai e ao Consulado do Paraguai em Curitiba, cobrando uma investigação sobre o caso.

Nesse episódio, contudo, cabe uma questão de ordem trabalhista. König estava no Paraguai em acúmulo de função, trabalhando como repórter e dirigindo o veículo da empresa. Não bastasse esse problema legal, se estivesse com um motorista a possibilidade de ser abordado e torturado pelos três homens seria menor.





A censura começa com o jornalista

Discussões sobre liberdade de imprensa geralmente caem em um chavão: problemas com a censura, sejam de ordem política, ou provocadas por editores e empresários de comunicação. Em Curitiba especialmente para discutir o tema, em 14 de setembro, o jornalista Cláudio Tognolli ofereceu sua visão pessoal, na qual o maior empecilho à liberdade estaria no próprio jornalista, “ao tratar seu dia a dia como um burocrata, que fecha a sua matéria e vai dormir em casa tranqüilo, quando jornalismo é tudo, menos isso”.

Tognolli acredita que o maior atentado da imprensa à liberdade é o fato dela não reconhecer o que não pertence ao cotidiano dos jornalistas e do público a que dirige. “Se vocês pegarem a estória do maníaco do parque, Francisco de Assis Pereira, quem ganhou mais tempo na TV Globo foi o pai da Isadora Frankel, uma judia, de pele clara e olhos claros. As mães nordestinas ou de ascendência negra tiveram menos tempo, porque a imprensa só reconhece como igual aquilo que faz parte do corpo que produz notícia e do que consome notícia. Essa é a pior das coisas, é a censura que a gente traz dentro da gente mesmo”, analisa.

Não bastasse o preconceito, Tognolli acusa os jornalistas de, na ânsia de fecharem suas edições, aceitarem publicar matérias tal qual as agências lhes enviam e satanizar o que lhes é diferente. Para o jornalista, seriam casos clássicos as notícias sobre o narcotráfico na América Latina, que serviriam de pretexto para uma invasão norte-americana na Amazônia; as matérias sobre o mundo islâmico, sobretudo a partir da Guerra do Golfo; e o destaque da imprensa à invasão das tropas da ONU a Kosovo, segundo ele motivada mais por interesses geopolíticos americanos que por razões humanitárias. Esse processo da imprensa fabricar inimigos seria visível quan-



Tognolli: a imprensa sataniza o que lhe é diferente

do o tema é o Movimento Sem Terra. “O Jornal do Brasil mostrou que sem-terras morreram assassinados no governo FHC em um volume três vezes maior ao de assassinados em 30 anos de regime militar”.

Tognolli considera fundamental que os jornalistas tomem cuidado com as informações que lhe chegam e que observem mais a natureza de um fato antes de publicá-lo.

“A grande perversão da tecnologia é que as pessoas não têm mais tempo para realizar o que estão fazendo. Os piores agentes disso são os jornalistas que, às vezes até inconscientemente, estão ajudando a construir um fantasma ou satanizar uma categoria, cuja satanização o jornalista não tem idéia a que serve. O importante é que ele foi dormir e fechou tudo”.

Sobre Tognolli

Cláudio Tognolli é professor de Jornalismo da FIAM, repórter especial da Rádio Jovem Pan, crítico de música da Folha de S. Paulo e colaborador da revista Caros Amigos. Trabalhou na revista Veja, no Jornal da Tarde e CBN. Foi guitarrista do RPM antes da banda estourar na mídia, mas deixou de lado a música por se considerar mais útil como jornalista investigativo.

Desenvolveu um estilo próprio de jornalismo, tendo até se infiltrado em torcidas organizadas para escrever sobre elas. Por conta da sua coragem em denunciar e expor seus pontos de vista, Tognolli teve mais de 30 processos judiciais. Um desses processos foi pelo livro “O século do crime”, escrito com José Arbex Jr, sobre crime organizado e que ganhou o Jabuti em 1997. Dentre as matérias mais importantes que fez estão a denúncia da Máfia do Dendê na mídia brasileira (a relação íntima dos músicos baianos com jornalistas), e a última entrevista do mitológico defensor das drogas Thimoty Leary, quando já estava doente, no leito de morte.

Liberdade de Imprensa

Como sempre acontece em setembro, o tema Liberdade de Imprensa é debatido pelo Sindicato dos Jornalistas. Esse ano aconteceram duas palestras. No dia 14, no Memorial de Curitiba, Cláudio Tognolli falou sobre “Geopolítica e a Liberdade de Impren-

sa”. No dia 25, no Teatro Bom Jesus, foi a vez de Mino Carta mostrar sua visão sobre jornalismo, liberdade e política.

O evento foi organizado por Cida Mondini, tendo contado com o patrocínio da Telepar Brasil Telecom.

Patrocínio

Dez pontos fundamentais de uma Lei de Imprensa democrática, segundo Antunes

- garantia de acesso às versões para impedir as distorções;
- manutenção pelos veículos de serviços de atendimento ao público;
- exatidão de data e identificação da matéria paga;
- proibição de falsos fatos de interesse

Telepar

Organização **MONDINI**

BrasilTelecom

SUBSTITUIÇÃO DA PENAS DE PRISÃO PELA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO PARANÁ



Carta
pior
a do
ndo,
país
riva

Mino Carta tem seu nome na história entre os maiores jornalistas brasileiros do século. Brasileiro “*ma no troppo*”. Italiano de nascimento, ele deixou Gênova em 1946, quando Gianino Carta, seu pai, mudou-se com a família para o Brasil, para trabalhar em O Estado de São Paulo.

O desejo de ser pintor em Mino acabou perdendo espaço para a vocação familiar. Como jornalista, sua formação são as redações dos jornais *Gazzetta del Popolo*, de Turim, e *Il Messaggero*, de Roma. Nos anos 60, retornou ao Brasil para dirigir a primeira revista de automóveis do país: a Quatro Rodas. A essa experiência, seguiriam outras marcantes criações: o Jornal da Tarde, a Revista Veja, a IstoÉ, Senhor, o Jornal da República (sua cota de fracasso profissional), e a Carta Capital. Esse ano, lançou seu primeiro livro: “O Castelo de Âmbar”, no qual conta os bastidores da imprensa em forma de romance.

EP- *Como está hoje a tiragem da Carta Capital?*

Mino Carta- A Carta Capital tem uma tiragem de 70 mil exemplares. É uma revista quinzenal e vive bem. Eu acho que é uma revista que conseguiu prestígio e que é uma voz mais ou menos isolada. Quem a lê, de alguma forma, assume um compromisso. É uma voz mais ou menos isolada, porque exerce efetivamente o espírito crítico. Isso é uma coisa que tornou-se mercadoria rara.

EP- *Se a Carta Capital fizesse algum acordo e passasse a ser favorável ao governo, isso aumentaria sua tiragem?*

Mino Carta- Eu não acho que uma atitude quase sempre favorável ao governo signifique aumento de tiragem. Certas revistas no país elevaram a tiragem em função de certas escolhas no direcionamento da própria revista, no sentido de alcançar um público maior. Se eu comparo a Veja

de hoje com a Veja a qual fui chamado a dirigir, percebo que a Veja virou uma revista de comportamento. As questões políticas, da economia e tal passaram para um segundo plano e muito raramente surgem na capa. O que surge na capa são assuntos de comportamento. Por exemplo, surge Tom Cruise, surge “A infidelidade feminina”, surge “A mulher que vive só”, ou “Como gastar melhor o seu dinheiro”. Isso corresponde a uma escolha. Graças a essa escolha, a Veja alcançou tiragens cada vez mais altas. Não é porque ela aplaude o governo. Agora, o aplauso ao governo tem outras finalidades. Todas as empresas de comunicação no Brasil estão endividadas. E precisam do governo por mil razões. Essa é a razão pela qual elas são ligadas ao governo. A razão mais premente, porque há uma razão endêmica, crônica: a imprensa e a mídia no Brasil servem ao poder, são uma das faces do poder. Hoje, sem o Dou-



tor Roberto Marinho não se faz nada no Brasil. O poder não se mexe sem o apoio do Doutor Roberto Marinho. Ele decidiu, não sei muito bem por que, recentemente, dar rasteira no Antonio Carlos Magalhães, que foi um fidelíssimo do Roberto Marinho, que lhe deu mil favores. E, de repente... O Antonio Carlos Magalhães ficou assim apeado por um momento. Se restabeleceu, evidentemente. Queriam lhe dar um corretivo, por alguma razão que desconheço, queriam lembrar a ele que tem que tomar um certo cuidado.

EP- *No caso de uma reportagem como a da pasta azul, publicada na Carta Capital, que envolvia diretamente ACM. Que tipo de pressão os jornalistas da revista receberam?*

Mino Carta- A concepção é que as pessoas não lêem, que o povo não sabe e não saberá e, portanto, a reação em relação a uma informação que sai em uma revista de 70 mil exemplares é diferente daquela que saísse na Globo. Esse é o ponto. Aconteceu o quê? Aconteceu que o secretário do Antonio Carlos Magalhães ligou para o Bob Fernandes e disse que aquilo não era verdade. Não houve um desmentido oficial. Para eles não tem importância.

EP- *A imprensa não estaria muito apeada ao poder?*

Mino Carta- A imprensa está com o poder. Quer dizer: os donos da imprensa.

EP- *E os jornalistas?*

Mino Carta- Há muitos jornalistas que são do PT, que vão votar no Lula, mas na hora h pesa mais o emprego. Existe um pavor de perder o emprego, então eles fazem o que o patrão quer. Algumas pessoas com acesso a páginas de jornal têm a possibilidade de dizer o que bem entendem e dizem. Mas esses, de alguma forma, legitimam a ação daquele órgão de imprensa ao qual escrevem. Porque depois o editorial é o oposto daquilo que eles escreveram.

EP- *Em relação ao caso do Eduardo Jorge. A imprensa poderia ter ido mais*

fundo?

Mino Carta- Claro que poderia, evidentemente. Mas há um momento que tudo pára. Aqui se vai até um ponto. O caso das fitas gravadas no BNDS é fantástico. O que aconteceu? Aconteceu que houve quem gravasse essas conversas. O Eduardo Jorge fez uma edição das fitas que tinham sido entregues. Quem recebeu uma transcrição das fitas foi o André Lara Resende. Depois, o General Cardoso disse que tinha encontrado duas fitas debaixo de uma ponte. Essas fitas foram trabalhadas - e a transcrição provavelmente também - pelo Eduardo Jorge, que deu uma transcrição para a Veja, enquanto que o ministro Serra entregava uma transcrição para a revista Época. As duas saíram e mostram algumas conversas, às vezes um pouco desabridas e tal, mas nada que realmente pudesse incriminar a rapaziada. Tinha uma frase ou outra que podia criar um probleminha...

Pois bem, o Luiz Carlos Mendonça de Barros estava destinado a ocupar o posto do Serjão, falecido. Foi convocado para depor no Congresso. E foi. Só que nós íamos sair no dia seguinte com a revista Carta Capital que dava três pontos das fitas, que realmente não tinha mais jeito, porque eu tinha ouvido os três pontos. São os três trechos que estão na capa e aquilo acaba com tudo. Aí, ele foi para o Congresso achando que iria tirar de letra. Mas, como tínhamos enviado cópias da revista a vários parlamentares... Ele teve que cair, mas foi um acidente de percurso. É que eu tinha ouvido as fitas. Tinha ouvido o que me deixaram ouvir, mas ouvi essas três frases. Até me impediram de anotar, mas memorizei e guardei e quando saí xaram ouvir, botei no p por causa disso, senão n Collor. Se não fosse o E nunca perderia o lugar. foi dado à Veja e não à l

EP- *A Veja que gar aquela entrevista do P*

Mino Carta- Mas, um ano e meio antes da entrevista, o Bob Fernandes fez uma entrevista que dizia todas as coisas ditas pelo Pedro Collor, menos os supositórios de cocaína. A única omissão eram os supositórios de cocaína. O resto estava tudo lá. Só que não era o momento para se ir atrás do Collor. Por quê? O Collor ainda não estava cobrando 40% de pedágio. Aí começou a cobrar 40%. Daí chegou o momento de sair com a entrevista. E a Veja ganhou a entrevista. Os repórteres de Brasília da sucursal da IstoÉ, a partir de uma indicação do Bob Fernandes - "Olha, na tal locadora de carros deve ter o elo", foram atrás da locadora e, através da locadora, localizaram o Eriberto. Aí não tinha mais jeito. Mas foi outro acidente de percurso. Senão a CPI concluiria os seus trabalhos ingloriamente, dizendo: "Bom, o Pedro Collor diz que não tem provas. E aí?"

EP- *Como editor da Carta Capital, você faz reportagens investigativas?*

Mino Carta- Eu, excepcionalmente. No caso das fitas queriam que eu as ouvisse. Diga-se que o Bob ouviu também fitas, em outro canto. Mas essas queriam que eu ouvisse. Então, acabei surgindo em cena.

EP- *Entre os jornalistas que você contrata, há um perfil determinado?*

Mino Carta- Claro que se busca certas coisas, a começar pela simpatia, pela cordialidade, pela capacidade de não se levar a sério, de rir de si próprio. Essa é uma coisa central. Mas, também, tem que ter uma certa afinação política, um certo entendimento. Muitas vezes eu me enganei,

não havia afinação alguma, ou fui enganado. Quer dizer, o cara fingiu ser uma coisa e era outra. Ou não fingiu, foi sincero naquele momento, mas não tinha muita consistência de caráter. Mas certos parâmetros têm que existir, sobretudo com relação àquele grupo que carrega o piano e sabe tocá-lo.

EP- *No caso da Carta Capital são quantas pessoas na equipe?*

Mino Carta- Na Carta Capital há uma equipe sensacional. Nós somos oito profissionais ao todo e muito afinados. De modo geral, eu diria que a partir da minha saída da Veja, quando eu perdi a chance de trabalhar com patrões ricos e tive que inventar meus empregos, desenvolvi uma técnica para fazer coisas que custam pouco. Podem custar muito em termos de papel e de impressão, porque estou convencido que não adianta fazer imprensa de combate, com papel ruim e tal. No Brasil não adianta. Na França, talvez. Aqui você tem que ter papel bom e a cara dos outros: bem impresso, as letras direitinho, tudo lá. Aí não pode poupar. Agora, meia dúzia de pessoas fazem uma revista semanal. A primeira IstoÉ era feita por cinco pessoas e vários colaboradores. Paga todo mundo mal, mas vamos em frente e estamos na barricada!

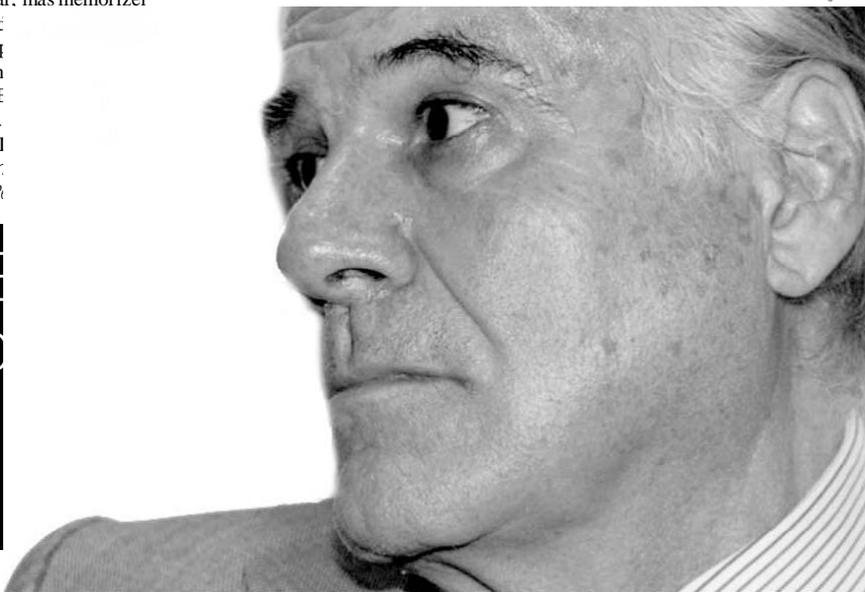
EP- *A redação da Veja começou assim?*

Mino Carta- A Veja tinha quase 200 pessoas trabalhando nela. Só em São Paulo tinha umas 120. Mais sucursal em Brasília, enviado especial... Delírio.

EP- *Não foi um delírio bem sucedido?*

Mino Carta- Deu certo, mas levou tem-

Hugo Abati



"A primeira IstoÉ era feita por cinco pessoas e vários colaboradores."



entrevista

po e por várias razões. Até porque a revista não era bem feita quanto seria desejado, até porque a empresa a lançou sugerindo a idéia de uma revista concorrente da Manchete e não era, e foi censurada asperíssimamente. Então, teve percalços. Mas, depois de três anos, começou a dar lucros. Para a Abril, que tinha respaldo financeiro, eu acho que foi um excelente negócio. Ela virou o carro-chefe da empresa.

EP- *Você criou a Veja, a Quatro Rodas e o Jornal da Tarde, que tiveram sucesso, e o Jornal da República que foi um fracasso. O que houve de fracasso no Jornal da República que você evitou na Carta Capital, para que esta não tivesse o mesmo destino?*

Mino Carta- É diferente. Jornal é uma coisa diferente da revista. Jornal, mesmo que se faça uma redação como aquela, que tinha 28 profissionais, é um sorvedouro de dinheiro. Sai todo dia e tal. As condições eram as piores possíveis. Tínhamos de fechar o jornal às 7 da noite, porque era impresso nas oficinas dos Diários, distribuição péssima e mil dificuldades. Eu sempre digo: os meus começos são difíceis, eu não sei fazer as coisas, aprendo um pouquinho fazendo-as. Também não posso dizer que o Jornal da República era um

primor. Me dizem: "Era muito bom", mas eu não o vi assim. Agora, não tinha publicidade, porque era uma coisa muito experimental. Se eu tivesse tido respaldo de grana, como a Abril teve para a Veja, e tivesse agüentado não três anos, mas um ano e meio, daria certo. Era um projeto para vender à classe média a idéia de que abrir, incluir, buscar a chance de alguma igualdade não é tão ruim, ao contrário é boa para o próprio capitalismo.

EP- *Durou quanto tempo o jornal?*

Mino Carta- Quatro meses e alguns dias.

EP- *A revista Carta Capital sempre teve suporte financeiro?*

Mino Carta- A Carta Capital é uma operação muito barata, que surge à sombra de uma editora pequena, que vai bem e não deve. É que pode jogar uma grana para fazer uma edição, daí recupera e vai. Assim foi e hoje em dia é uma revista tranqüila. Ela se sustenta tranqüilamente, pode dar até um pequeno lucro, uma coisa mínima em cima de um investimento mínimo, mas paga todo mundo. Hoje em dia nossos salários melhoraram, sem serem os melhores da praça, e a gente sobrevive com tranqüilidade.

EP- *Tem assinantes?*

Mino Carta- Tem, mas a editora é pobre, poupa o mais possível, não tem até

le assinaturas agressivas isso, ela põe e tiragem, mas pelas res a mais. Porque, é 150 mil exemplares tirando mais

eu li um artigo seu e escreveu que as

pessoas no Brasil estão abusando do alho, como se uma comida com sabor de alho fosse o gosto comum do país. Você sente isso, não só da culinária, que o Brasil está sem identidade?

Mino Carta- Eu acho. Identidade existe em coisas que independem da classe média. Identidade está na música, no futebol, nessas coisas. Embora eu ache que também aí houve grande decadência. Mas a classe média destrói sua memória todos os dias, com uma tranqüilidade e uma satisfação dignas de nota.

EP- *O jornalismo feito no Brasil é para a classe média?*

Mino Carta- O jornalismo feito no Brasil é para a classe média brasileira. Estou falando de imprensa, evidentemente, incluindo na classe média os remediados. Por isso é um jornalismo de uma mediocridade lancinante. Não há jornalismo pior no mundo, é o recorde mundial. É o último degrau do gênero humano.

EP- *Que exemplos poderia dar desse degrau?*

Mino Carta- Sei lá... A Folha de São Paulo, o Estadão... é uma coisa inacreditável, é uma piada, não são jornais. Se você os compara com os bons jornais do mundo, é uma tragédia. Além de tudo há intenção de nivelar por baixo, orgulho por escrever com cinquenta palavras, o lead que tem que ser de três linhas, a opinião de que a privatização é o ideal... Tendo a achar que para algumas pessoas é uma maravilha, ma-ra-vi-lha; agora, para o país não sei. Não discute-se essas questões com clareza e coragem, a imprensa não o faz. Como disse: há vozes isoladas, muito importantes e muito respeitadas, mas elas acabam conferindo ao órgão o qual escrevem uma aura de liberalismo. "Olha aqui, a gente deixa que haja crítica, está na boca deste, na boca daquele...". Então, elas acabam legitimando o próprio órgão em que publicam seus artigos. Essa história da Veja que ganhou o Prêmio Esso com a entre-

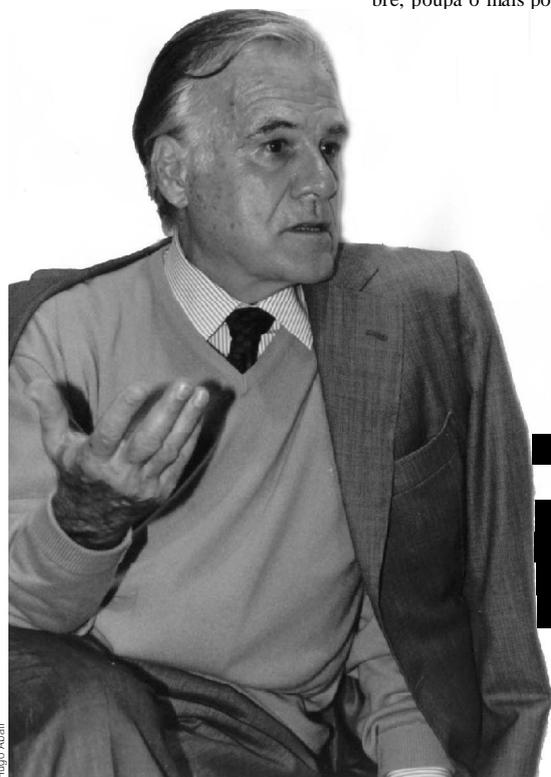
vista do Pedro Collor é uma metáfora perfeita.

EP- *Ou a Rede Globo que ganha com a imagem da Favela Naval?*

Mino Carta- Sim, claro. Ou o Collor que ganha com a ajuda da manipulação do debate pela Globo? É sempre a mesma coisa.

EP- *O Brasil sempre foi isso ou houve uma época diferente?*

Mino Carta- O pós-guerra foi mais denso e mais agitado no sentido bom: controverso, polêmico. Pense o que era o Brasil há cinquenta anos, pense na cultura brasileira de então. Sérgio Buarque estava vivo ainda, Raimundo Faoro não tinha ainda escrito "Os Donos do Poder", o Gilberto Freyre estava vivo ainda-tudo gente que pensava o Brasil, não importa se bem ou mal, conforme as linhas ou idéias, mas pensava o Brasil com autoridade, inteligência, com textos excelentes. Escritores como Graciliano Ramos, como Guimarães Rosa, Érico Veríssimo... Tinha um satírico excepcional, bom teatrólogo, que era o Nelson Rodrigues, um crítico da pequena burguesia carioca absolutamente implacável. Tinha músicos extraordinários, sem falar de Villa-Lobos que é um grande músico. Tinha músicos da dita música popular - que é uma expressão que me irrita muito-, que eram excelentes e prepararam depois a Bossa Nova. Gente extraordinária: o Ary Barroso, Pixinguinha, Dorival Caymmi. Até as letras das marchinhas de carnaval eram deliciosas, eram obras-primas. Isso é o Brasil de cinquenta anos atrás. Compare com o Brasil de hoje. É o Brasil do Pagode, não tem um escritor que valha um tostão furado. E tem alguém que pense o Brasil profundamente, com autoridade de pensador de verdade? O que tem? É um país a deriva. Por que a imprensa haveria de ser melhor?



" O jornalismo feito no Brasil é para a classe média... Por isso é um jornalismo de uma mediocridade lancinante "



Juril lança a biografia do pai

Dos muitos jornalistas que marcaram história no Paraná, Oscar Joseph De Plácido e Silva (1892-1963) merecia há tempos uma biografia. Afinal, entre outras coisas, foi o primeiro aluno e funcionário da Universidade Federal do Paraná e fundou o jornal *Gazeta do Povo*, o qual dirigiu por 43 anos. Coube à jornalista Juril Carnasciali cumprir essa missão: escrever sobre o pai, o que gerou o livro “De Plácido e Silva, o Iluminado”, lançado em novembro.

Juril não esconde que fez a biografia de quem mais admirou e da qual foi assistente, revisora, secretária e herdou o gosto pelo Jornalismo. “Acompanhei sua vida, passo a passo no lar, no trabalho, nas lutas, nas decepções, nas injustiças, nas vitórias, nas alegrias e na doença”, escreveu Juril na apresentação do livro, para deixar explícito que o biografado não é apenas seu pai, mas seu mestre.

Natural de Maceió, Alagoas, De Plácido e Silva veio ao Paraná com 20 anos, com diploma de bacharel em Ciências e Letras nas mãos. Em Curitiba, foi o pri-



meiro aluno e funcionário da Universidade Federal do Paraná, em 1913. Como jornalista, fundou em 1916 a Revista Acadêmica, do Centro Acadêmico do Paraná e a *Gazeta do Povo*, em janeiro de 1919, com Benjamin Lins. Em julho

de 1919, Lins deixou o jornal, permanecendo De Plácido e Silva como diretor por 43 anos. Neste período, contudo, não se afastou da carreira de advogado e de professor de Direito e Legislação Comercial.

De Plácido e Silva esteve entre os fundadores da Rádio Clube, em 1924, e do Iate Clube de Guaratuba, em 1949, cidade a qual contribuiu para o progresso — uma de suas empresas criou o Hotel Avenida, o primeiro da cidade. Foi, ainda, escritor, tradutor e proprietário da Editora Guairá. Escreveu vários livros de Direito, o romance “Ódios da cidade” e o livro de contos “Histórias do Macabira”. Entre 1949 lançou com o jornalista José Cury a “Revista da Guairá”, que durou até 1956. Era membro de diversas entidades, entre elas a Associação Brasileira de Imprensa, a Associação dos Escritores Americanos e do Pen Clube do Brasil. De Plácido e Silva faleceu em 16 de janeiro de 1963, como conta Juril, sentado em sua poltrona, no quarto, segundos após ter pedido a esposa Julieta o cafezinho da manhã.

Reprodução



“Los 3 inimigos” em revista

Thiago Recchia deu o maior salto de sua carreira. Feliz pelo sucesso de *Los 3 Inimigos* na Tribuna do Paraná, o chargista lançou em 17 de novembro “*Los 3 Inimigos-Futebol & Quadrinhos*”. A revista mescla matérias jornalísticas sobre futebol com estórias dos personagens Corisco, Atleticon e Paranita (em homenagem aos três clubes de futebol profissional de Curitiba), mais Malita (Malutron) e o que vier. Na primeira edição ele marcou um gol de letra. Teve 10 mil exemplares vendidos.

A revista vem perpetuar “*Los 3 Inimigos*” no coração dos torcedores paranaenses. Com periodicidade mensal e 68 páginas, “*Los 3 Inimigos*” difere-se das revistas de quadrinhos por trazer informação jornalística que explica um pouco como o futebol é o esporte preferido do brasileiro. O enfoque da revista, porém, está no futebol paranaense: sua estória, seus jogadores, títulos e, óbvio, sua imprensa. “E traz uma estorieta inédita, de 6 páginas, mais o “replay” dos mês anterior”, enfatiza Thiago.

A direção geral da Revista é do próprio Thiago, que para levar o projeto adiante criou a Editora Cactus. A revista tem Rafael Tavares na Chefia de Redação, uma equipe de reportagem formada por Ana Mikos, Carlos Henrique Bório e Irapitan Costa, além do repórter-fotográfico Denis Ferreira Neto. Aspecto importante também é a questão financeira: o empreendimento de Thiago conta com patrocinadores que, independente do retorno em bancas, asseguraram o custo industrial dos três primeiros números.

Anos de chumbo e de cassações

Muito foi dito e escrito sobre o Golpe de 1964 e suas conseqüências ao país. Os jornalistas Milton Ivan Heller e Maria de Los Angeles Duarte conseguiram uma proeza: mostraram uma faceta inexplorada do que foi a Ditadura Militar no Paraná, de como foram silenciados os políticos do Estado. “*Memórias de 1964 no Paraná*”, que integra a Coleção Brasil Diferente e foi editado pela Imprensa Oficial do Paraná, traz uma estória de derrotados, embora nela exista um vencedor: o ex-deputado Aníbal Khury.

Milton Ivan e Maria de Los Angeles tratam do Golpe de 64 como o fim de um ciclo de efervescência política no país, iniciado em 1930, com os militares que apoiaram Getúlio Vargas. O Paraná era um estado agrário e em ebulição, com a colonização do Norte e os conflitos por terra no Sudoeste. Alguns dos personagens saem desses conflitos, como o então deputado Walter Alberto Pecoits, cassado pela Ditadura em 9 de abril de 1964, pelo Ato Institucional nº1, e depois preso pelos militares. Outro paranaense cassado pelo AI-1 foi o en-



tao ministro do Trabalho de João Goulart, Amaury Silva, que forçosamente se exilou no Uruguai até 1973.

Além de Pecoits e Silva, o livro destaca Ney Braga, que era governador quando do Golpe em 1964 e que por duas vezes

foi ministro na Ditadura Militar; o ex-governador Moysés Lupion; o que foram os oito meses de governo de Haroldo Leon Perez e a cassação do deputado federal José Alencar Furtado, em 1977. E esclarece o que foi o processo de cassação de Aníbal Khury, em 1969, por suspeita de prática de corrupção, segundo os militares.

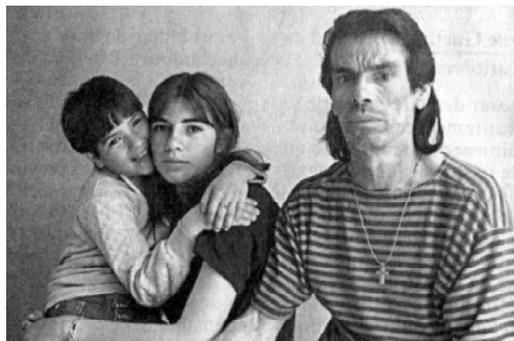
No livro são apresentadas, resumidamente, as estórias de Sinval Martins de Araújo (que segundo o livro morreu em 1975 em conseqüência de torturas), Luiz Alberto Dalcanale, Jacinto Simões, Almir Moreira Passo, Miguel Denizo, Waldemar Daros, Benedito Lúcio Machado, Constantino João Kotzias e Miran Pirihi, muitos dos quais nunca souberam porque perderam seus direitos políticos. “*Memórias de 1964*” é a estréia literária de Maria de Los Angeles Duarte e a segunda abordagem de Milton Ivan Heller sobre os “anos de chumbo” no Estado. Em 1988, ele lançou pela Editora Vozes o livro “*Resistência democrática: a repressão no Paraná*”.



O conto dos uruguaaios

É comum em empresas de comunicação virem pessoas pedindo ajuda a jornalistas, seja em defesa de uma causa ou em razão de dificuldades financeiras. O casal uruguaio Antônio Ramon Lombardo e Silvana Lauro Bravo Recoba, descobriu isso e algo mais: jornalistas gostam de uma boa estória e são sensíveis, principalmente quando essa estória envolve uma criança, como Joana Lombardo Sequeira, de 8 anos, apresentada como filha do casal. Passaram, então, a aplicar golpes em jornalistas.

Lombardo conta uma estória que sofre pequenas variações, dependendo da cidade em que está. Ele se diz radialista, mostra seus documentos e os da família e conta que deixou o Uruguai na promessa de um emprego. Diz que foi roubado e enganado - o emprego não existe -, e que precisa de dinheiro para retornar a Montevídeu. À imprensa, informa que fez contato com o Consulado do Uruguai, para resolver o caso, o que lhe foi negado. Lombardo não quer a passagem, mas o valor em dinheiro, o qual afirma que será devolvido tão logo chegue no Uruguai. E faz questão de enfatizar: está há três dias



José Suresztain

Os Lombardo: especialistas em golpes contra jornalistas

dormindo com Silvana e Joana na rodoviária.

Em Curitiba, o golpe foi aplicado em 19 de outubro. Lombardo teve essa estória falsa contada em emissoras de rádio e na Folha do Paraná, e buscou o apoio do Sindicato. A entidade e as empresas não deram dinheiro ao casal, mas os jornalistas Dimitri do Valle, da Folha do Paraná; Alvaro Collaço e Sílvio Rauth Filho, do Sindicato, fizeram colaborações exponenciais de R\$ 20,00 (o primeiro) e R\$ 10,00. Houve, ainda, a notícia de que uma

mulher uruguaia doou ao casal dinheiro suficiente para que eles viajassem até Porto Alegre.

Estelionato

Os jornalistas só souberam que tinham sido enganados no dia seguinte. A matéria publicada na Folha do Paraná, em 20 de outubro, inclusive com depoimento do Consulado do Uruguai, levou colegas de Foz do Iguaçu a ligarem para o jornal. Em Foz, os Lombardo levaram na lábia R\$ 100,00 dos jornalistas Alexandre Palmar e Christian Rizzi. A Gazeta do Povo, que não fez reportagem no dia 19, obteve a informação de que os Lombardo eram falsários através do Consulado do Uruguai de Porto Alegre. “Eu fiquei com a sensação de ter sido enganado”, desabafou Sílvio Rauth Filho, que disse ter contribuído com o casal “de coração”. “Na hora pensei que valeria a pena ajudá-los, que seria por uma boa causa”, comentou.

Jurandir Ambonatti, da Rádio CBN, chegou a oferecer salgadinhos aos uruguaaios e garante que desconfiou que era golpe, quando não aceitaram os salgadinhos e ajuda que não fosse dinheiro. “Eu fiquei com um pé atrás, quando eles não quiseram receber passagens para voltar, mas dinheiro”, afirmou. A notícia dos falsários foi o destaque de Jurandir, em rede nacional, dia 20, no horário noturno da emissora. A manchete enfatizava que profissionais da imprensa tinham sido vítimas de golpistas. Os Lombardo foram vistos em Curitiba ainda no dia 20, em torno do meio-dia. Compravam óculos escuros de um camelô, provavelmente com o dinheiro de jornalistas piedosos, próximo ao Terminal do Guadalupe.

Jornalistas compraram terreno de vereador

Um golpe criado e dirigido a jornalistas, como o estelionato promovido pelos Lombardo, é algo raro. Contudo, em Curitiba jornalistas foram enganados outras vezes. Uma das estórias mais curiosas foi a venda de algumas chácaras em Almirante Tamandaré, na década de 70, conduzida por um então vereador de Curitiba.

O vereador e seu sócio foram às redações de O Estado do Paraná, O Estado de São Paulo e Jornal do Brasil, com uma proposta incrível: uma gleba em Almirante Tamandaré, dividida em lotes e que poderia ser adquirida em suaves prestações. Bons negociantes e com ótima referência – um era vereador da cidade -, eles conseguiram vender a gleba inteira só para jornalistas.

O problema revelou-se depois: os terrenos eram menores que o tamanho mínimo permitido pelo Incra e não puderam ser legalizados. “Nós chegamos a reunir três carros de jornalistas e fomos ver os terrenos”, lembra Adélia Lopes, que na época trabalhava no Estadão. “Nem conseguimos chegar perto. Era um despenhadeiro e tínhamos de comprar o morro inteiro e fazer uma estrada para subir o morro”, lembrou. Sem condições de chegar às chácaras, alguns jornalistas desistiram do negócio, outros venderam sua parte.

Adélia cedeu seu terreno a Moisés Antonio Assis, após ter pago as mensalidades por cinco anos. Assis, que era diagramador de O Estado do Paraná na época, diz que tentou fazer um poço no terreno, mas em vão. “Era um terreno bom para milho e olha lá”. Ele terminou negociando sua parte algum tempo depois.

Não bastasse serem terrenos ruins, que na opinião de Assis jamais seriam comprados por “quem entende de terras”, o negócio era ainda ilegal. Assis descobriu isso há dois anos, quando a Justiça deu ganho de causa à família proprietária das terras, em ação contra o vereador. O paraíso campestre que o vereador vendera era fruto de grilagem e os contratos não tinham valor legal.

helvética



É a história de um jornal, ao mesmo tempo que um acerto de contas com a vida. O jornalista e professor Carlos Danilo Costa Côrtes realizou o projeto que acalentava há dez anos: escrever a história de “O Diário do Paraná na Imprensa e Sociedade Paranaense”. O livro foi lançado em outubro de 1955, ao lacônico fim sob direção de Bento Chimelli, em 31 de janeiro de 1982.

Cortês editou por conta própria o livro de 305 páginas, onde há 42 depoimentos de empresários de comunicação, jornalistas e personalidades. Único jornalista que esteve do primeiro ao último dia do Diário, Cortês sentiu-se à vontade para escrever sobre o jornal. “Eu quis mostrar que a imprensa no Paraná tem duas fases: antes e depois do Diário do Paraná, porque ele veio a Curitiba com característica de jornal que era feito no Rio de Janeiro e São Paulo”, explica. A mais imediata inovação se deu no aspecto visual, sendo o Diário o primeiro jornal inteiramente diagramado no Paraná, em uma época que só as primeiras páginas ganhavam tratamento especial.

Época áurea

O jornal foi lançado sob forte campanha publicitária, em 29 de março de 55, dia do aniversário de Curitiba. A festa de inauguração, com direito a banda de música em frente à sede, na Rua José Loureiro, 111, foi marcada pela presença do proprietário dos Diários Associados, Assis Chateaubriand, dos colonáveis Jorge e Dolores Guinle e do governador do Estado, Bento Munhoz da Rocha Neto, além de outras autoridades. O jornal tinha como diretor Adherbal Stresser. Ubaldo Siqueira era gerente e Gilson da Rocha Pitta, jornalista de São Paulo, o redator-chefe. De São Paulo também vieram o jornalista Ferdinand Baider, o diagramador Benjamin Steiner e as máquinas. O primeiro número saiu com 48 páginas e cinco cadernos. Mesmo com o alto investimento, o Diário teve problemas financeiros logo no seu início, por conta do estilo de Assis Chateaubriand, que fez comentários atacando a monocultura no Paraná. Logo no Diário, onde 40% das ações estavam nas mãos dos cafeicultores.

O Diário teve importância política no Paraná, posicionando-se contrário à criação do Estado do Paranaapanema, que abrangia as cidades que estavam em crescimento no Norte do Estado, e em

Livro traz a história de O Diário do Paraná



Reprodução

apoio a campanha “Seu talão vale um milhão”, durante o primeiro governo de Ney Braga. E seguindo o Jornal do Brasil da década de 50, abriu espaços para a área cultural, lançando em 59 o caderno “Letras & Artes”, sob direção de Sylvio Back. Na década de 70, outro caderno cultural ficaria famoso: “Anexo”, no qual trabalharam Reinaldo Jardim e Paulo Leminski.

Um dos pontos fortes do Diário era sua redação. Nela passaram, entre outros, Antônio Brunetti, Ayrton Baptista, Luiz Geraldo Mazza, Roberto Novaes, Vinícius Coelho, Ronald Stresser, Ivar Feijó, Jairo Régis, José Augusto Ribeiro, Mário Maranhão, Emílio Zola Florenzano, Hélcio José, Nuevo Baby, Aroldo Murá, Manoel Magalhães, Oscar Volpini, Tarás Schner, Eudes Brandão, Dino Almeida, Walmar Marcellino, Léo Krieger, Renato Ribas, Reinaldo Jardim, Clóvis Stadler de Souza, Jorge Narozniak, Arnoldo Anater, José Kalkbrenner, Paulo Marins de Souza, Rosi de Sá Cardoso, João Régis Fassbender Teixeira, Carneiro Neto e Marian Guimarães. O jornal teve também jorna-

listas que tiveram sucesso em outras áreas, como José Richa (foi repórter no DP), Sylvio Back, Renê Dotti e Algaci Túlio.

Sem despedida

Com a morte de Assis Chateaubriand, em 68, o jornal integrou o espólio do Diário Associados. Estava nessa época sediado nas Mercês, com a TV Paraná, no prédio onde hoje é o Canal da Música. Edmundo Monteiro, empresário de São Paulo que herdou parte dos Diários, vendeu o jornal e a TV à família de Oscar Martinez. Este quis ficar com a TV Paraná. O jornal passou, então, por diversos proprietários (entre os quais Odone Fortes Martins, Wilson Camargo, Joaquim

Santos Filho e Ronald Stresser) até chegar a Bento Chimelli. O atual prefeito eleito de Rio Branco do Sul tinha a intenção de usar o jornal politicamente e transformá-lo em um veículo sensacionalista, idéia que gerou a criação da Folha de Curitiba.

No final dos anos 70, o não pagamento de um empréstimo feito pela Diários Associados junto à Caixa Federal, custou a perda da sede da Mercês. O jornal foi então transferido para a Rua João Negrão, onde hoje está a Rádio Cultura. Em janeiro de 82, Chimelli decidiu deixar de imprimir o Diário do Paraná, que estava saindo só com oito páginas.

“Em 23 de janeiro, Chimelli me chamou e disse que ia fechar o Diário. Isso às 16 horas”, recorda Danilo Cortês. “Foi um choque. Sabe o que é dar a vida ao jornal e não ter direito de despedida?”, pergunta. Aquele 23 de janeiro, no entanto, reservava mais uma surpresa ao jornalista. No final da tarde, ele receberia a informação de que estava aposentado. O Diário do Paraná seria, para sempre, seu único emprego em redação de jornal.

Autêntico à direita

No livro sobre o Diário do Paraná, Danilo Cortês reservou todo um capítulo para mostrar aspectos das viagens a Portugal, África e Alemanha que fez através do jornal, como da fundação do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Paraná. No entanto, um aspecto importante do livro são os textos em que fala do seu papel na “Revolução de 64”, sobretudo como interventor ao Sindicato dos Jornalistas, entre 64 a 67.

Por quatro anos secretário do diretório regional do Partido de Representação Popular, que tinha como líder o integralista Plínio Salgado, Danilo afirma que sempre foi um combatente franco do comunismo. “Sou o que sou. Digo que combati o comunismo, mas nunca os comunistas. Quando da eleição de José Richa na UPE (União Paranaense dos Estudantes, em 1957), que nós o apoiamos, havia uma carta de princípios com doze itens. O primeiro dizia: *Nos propomos a combater por todos os meios as influências da garra adunca soviética*”, lembra.

Interventor do Sindicato em 9 de abril de 64, nomeado para uma “Junta Governativa” pelo comando da 5ª Região Militar juntamente com Enoque de Lima Pereira e Vinícius Coelho, Danilo Cortês lembra que aceitou a incumbência “diante da gravidade da situação no país”. “Naquele momento, não concordávamos com a anunciada posição do Sindicato em agregar-se à recém-criada CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), um braço do Partido Comunista”, escreveu. Chamado pela Revista Veja de “Dedo duro da Ditadura”, em uma reportagem de 88, o que lhe rendeu atrito com jornalistas, ele não se arrepende de ter colaborado com a “revolução” dos militares. Sobre ela, diz que ficou uma decepção: o fato dela não ter acabado com os corruptos. Ele se orgulha de ser considerado, mesmo pelos esquerdistas, uma pessoa autêntica.



rádio corredor

Na reforma administrativa promovida por Jaime Lerner, após as eleições municipais, dois jornalistas deixaram o primeiro escalão do Governo. Na Comunicação Social, David Campos foi substituído pelo ex-ministro e ex-prefeito de Curitiba, Rafael Greca. Na Secretaria da Cultura, a troca foi de Lúcia Camargo para Mônica Rischbieter.

Com Lúcia Camargo, o jornalista Eduardo Goulart deixou a Secretaria da Cultura. O comando da Assessoria de Imprensa passou a ser de Jussara Pohl.

Luiz Geraldo Mazza foi afastado temporariamente da CBN, pela direção da emissora, por suas críticas ao Governo Lerner. O jornalista ganhou férias de 30 dias da emissora e por ora está, como ele próprio diz, "em silêncio obsequioso".

Na Tribuna do Paraná houve mudan-

ças na área de esportes. João Carlos de Santa foi para o Primeira Hora e o jornal contratou Gisele Rech.

Fato marcante na Tribuna, porém, foi a despedida de Pedro Viana, que deixou o jornal aposentado.

Como aconteceu em 96 e 97, o Jornal de Itaipu recebeu o Prêmio Aberje, na categoria jornal interno. O feito foi comemorado pela equipe do jornal, formada por Hélio Teixeira, Cláudio Dalla Benetta, Maria Auxiliadora dos Santos, Vinícius Ferreira e Helôisa Covolan, além dos repórteres fotográficos Caio Coronel e Julio César Souza .

Décio Trujilo saiu da Gazeta do Povo, onde era o responsável pelo fechamento da primeira página, para assumir editoria no Invest News. Sua vaga na Gazeta é agora ocupada por Celso Nascimento.

Desde setembro Reinaldo Bessa assina coluna diária em O Estado do Paraná. A Folha do Paraná não perdeu tempo e lançou nova colunista: Ana Clara Garmendia.

Outros novos colunistas de O Estado: Pedro Ribeiro e Carlos Alberto Pessoa.

Um efeito do acidente em julho. A Petrobrás tem agora assessoria de imprensa na Refinaria de Araucária. A contratada foi Verônica Macedo.

O repórter-fotográfico Jairo Resende Júnior está na Editora Gazeta do Povo. Ele vinha clicando para o Sindicato dos Metalúrgicos. Outro repórter-fotográfico contratado pela Gazeta foi Henry Milleo.

No Departamento de Fotografia de O Estado do Paraná a novidade é Marco Damásio.

Em O Estado do Paraná, há dois novos jornalistas: Francisco José Zerbeto Assis e Anselmo Meyer, contratados respectivamente para a editoria e reportagem de Cidades.

"Pataxó: o índio no espelho" é a exposição de Milla Jung, que permanece até 21 de janeiro na Sala Paraná, do Memorial de Curitiba.

"Beijos da chuva" é o livro de poemas de José Fernando, lançado em setembro pela Editora Cerbero.

Maria de Los Angeles Duarte foi contratada pela Folha do Paraná, onde é repórter de política. Kátia Michele também deixou O Estado do Paraná rumo a Folha, para escrever na Editoria de Cidades.

Para a função de pauteira a Folha trouxe Helen Taborda, que estava na Rádio CBN.

O repórter Rodrigo Leite saiu da CBN. Ele trabalha agora só na TV Independência.

Melissa Bergonsi não é mais repórter do Jornal do Estado. Decidiu ficar só na Rádio CBN.

Marques Júnior escreve para O Bonde: *site* da Folha do Paraná. Isso para meio-expediente, porque permanece na Agência Rural.

Na sucursal curitibana da Gazeta Mercantil, a novidade é Rosely Vargas, que estava na sucursal de Florianópolis.

Na editoria de economia da Gazeta do Povo foram contratados Adir Nasser Júnior e Juliana de Mari.

A Rede Paranaense de Comunicação está criando a Fundação RPC, nos moldes da Fundação Roberto Marinho. Clarissa Lopes de Alda foi a primeira contratada do projeto, como coordenadora. Deixa outra coordenadoria: a da Editoria de Economia da Gazeta do Povo, função agora ocupada por Pedro Chagas Neto.



sindicato

Pagamento da anuidade é facilitado

Como sempre faz no início de cada ano, o Sindicato dos Jornalistas busca facilitar o pagamento da anuidade pelos associados que não descontam a contribuição sindical diretamente em folha. São quatro planos de pagamento, que proporcionam, descontos de até 20% no valor da anuidade.

Quem optar por uma parcela única, obterá desconto de 20% ao quitar a anuidade até 8 de janeiro. O valor será de R\$ 105,98. Para o pagamento até 8

de fevereiro, o desconto é de 15%, com parcela de R\$ 113,03. Até 8 de março, o desconto oferecido será de 10%, sendo o valor de R\$119,23. Quem pagar entre 8 de fevereiro e 9 de abril terá desconto de 5%, com o valor da anuidade fixado em R\$125,86. Depois desta data, quem pagar a anuidade fará pelo seu valor normal: R\$ 132,48. A mensalidade do Sindicato é 1% do salário base e a anuidade é 1% do seu valor fixado em 1% do

piso salarial da categoria, que corresponde a R\$ 11,05.

O Sindicato oferece outras possibilidades para o jornalista quitar a anuidade, como o parcelamento em até 3 vezes, com desconto de 10%, ou mesmo o débito em conta corrente ou emissão de carnê, para quem preferir pagar a contribuição mês a mês.

Mais informações na Secretaria do Sindicato, pelo fone (41) 224-9296, ou pelo e-mail: sindijor@sindijorpr.org.com.br

Nova bolsa de empregos

A Bolsa de Empregos do Sindicato dos Jornalistas, criada em julho de 98, passou por reformulações. Na nova versão o jornalista poderá colocar o currículo, fazer alterações ou excluí-lo através da internet, sem precisar informar ao Sindicato. Para tanto, basta utilizar a senha. Outra novidade é a inserção de um dispositivo que permite que apenas jornalistas profissionais com registro na DRT

possam apresentar currículos.

A Bolsa tem sido uma forma de jornalistas se colocarem no mercado de trabalho e conseguirem um emprego ou trabalho de *freelancer*. Pode ser acessada por qualquer pessoa, sendo fácil se chegar ao profissional desejado. Na reformulação, o Sindicato corrigiu um problema do formato anterior: a permanência dos currículos na Bolsa. O prazo é agora de

90 dias da última alteração, o que implica em dizer que a Bolsa apenas mostrará currículos de profissionais que precisam com urgência de trabalho. A Bolsa de Empregos não tem custo. Para participar, basta o interessado preencher o formulário com suas informações e clicar no botão incluir. O acesso à Bolsa de Empregos se dá pelo endereço do Sindicato na internet: www.sindijorpr.org.br

convênios

O Sindicato firmou nos últimos dois meses quatro novos convênios. Para ter acesso aos descontos oferecidos, o jornalista deve apresentar sua carteira de identificação

CENTRO MÉDICO

A consulta terá preço especial a quem apresentar a carteira da Fenaj. Exames complementares seguirão os valores estipulados pela AMB.

O Centro Médico Dr. Bernardo foi fundado em 1977. Oferece atendimento em Clínica Geral e nas especialidades: Ginecologia, Obstetrícia, Pediatria, Dermatologia, Homeopatia e Oftalmologia (inclusive lentes de contato). O endereço é Rua Voluntários da Pátria, 61, 1º andar. Consultas devem ser marcadas pelo telefone (41) 232-0392. O horário de atendimento é das 8h às 19h de segunda à sexta-feira, e das 8h às 12h, aos sábados.

SEGURADORA

O convênio firmado com a Rafael Corretora de Seguros, representante da Vera Cruz Seguradora, assegura descontos promocionais em todos os tipos de seguro aos jornalistas. A empresa oferece também descontos de até 50% na franquia de automóveis, em oficinas credenciadas pela Seguradora. O convênio é extensivo a cônjuges, filhos e pais de jornalistas.

Mais informações pelos fones (41) 353-7350, 352-6034 e 9119-7758, com Mirtes, ou no escritório da empresa: rua Jorge Barbosa, 65, Ahú, Curitiba.

ESCOLA DE INFORMÁTICA

A escola de informática Microcamp International- Unidade Mercês concede desconto de 30% no curso integrado a adolescentes e 10% no seu curso VIP. No caso das promoções que atingem a toda escola, os jornalistas ganham um desconto adicional de 5%. Contatos na sede da Microcamp: Rua Presidente Taunay, 2051, ou pelo fone (41) 336-1596.

HOTEL

A Rede Hospedare reservou preços promocionais a jornalistas e o desconto pode chegar a 30%. Os hotéis da Rede em Curitiba são: Petras Flat Residence (padrão 4 estrelas), Virmond Residence (3 estrelas) e Lumini Hotel (2 estrelas). Em Mafra há o Hotel Susin (4 estrelas) e, em Caiobá, a Pousada do Vovô. Mais informações pelo endereço eletrônico: www.hospedare.com.br, pelo fone (41) 228-1900 ou mesmo no Sindicato: (41) 224-9296.

Atualize seu e-mail no Sindicato e receba:

- Ofertas de emprego
- Ofertas de frila
- Informações sobre cursos de especialização
- Lista de convênios e promoções
- Informações sobre eventos

tabela de salários



SALÁRIOS DE INGRESSO

Repórter, redator, revisor, ilustrador, diagramador,	
repórter fotográfico, repórter cinematográfico	1067,73
Editor	1388,04
Pauteiro	1388,04
Editor chefe	1601,59
Chefe de setor	1601,59
Chefe de reportagem	1601,59

Estes são os menores salários que poderão ser pagos nas redações; Em julho o menor salário pago nas redações foi de R\$ 973,23.

Os valores da tabela são para jornada de trabalho de 5 horas.

O piso salarial da categoria é definido em Acordo Coletivo de Trabalho, Convenção Coletiva e/ou Dissídio Coletivo.

FREE LANCE

Redação	
Lauda de 20 linhas (1.440 caracteres)	57,42
Mais de duas fontes:	50% a mais
Edição por página	
Tablóide	74,29
Standard	89,02
Diagramação por página	
Tablóide	37,15
Standard	50,68
Revista	27,70
(*) Tablita / Ofício / A4	18,90
Revisão	
(*) Lauda (1.440 caracteres)	14,98
(*) Tablóide	31,28
(*) Tablita	23,63
(*) Standard	65,31
Ilustração	
(*) Cor	88,61
(*) P&B	59,07

Reportagem fotográfica - ARFOC

Reportagem Editorial	
Saída cor ou P&B até 3 horas	135,09
Saída cor ou P&B até 5 horas	253,29
Saída cor ou P&B até 8 horas	337,73
Adicional por foto solicitada	25,48
Foto de arquivo para uso editorial	202,63
Reportagem Comercial/Institucional	
Saída cor ou P&B até 3 horas	268,69
Saída cor ou P&B até 5 horas	478,07
Saída cor ou P&B até 8 horas	637,25
Adicional por foto	50,68

Reportagem Cinematográfica

Equipamento e estrutura funcional fornecida pelo contratante	
(*) Saída até 3 horas	73,97
(*) Saída até 5 horas	118,13
(*) Saída até 8 horas	194,19
Adicional por hora	29,53
Foto de arquivo para uso em:	
Anúncio de jornais	438,84
Anúncio de Revista e TV	472,81
Capa de Disco e Calendário	607,91
Outdoor	931,38
Cartazes, Folhetos e Comisetas	303,95
Audiovisual até 50 unidades	641,69
Audiovisual acima de 50 unidades	à combinar
Diária em reportagem que inclui viagem	371,51
Reportagem aérea internacional	à combinar
(*) Hora técnica	59,07

Observações importantes:

A produção (filme, laboratório, hospedagem, transporte, seguro de vida, credenciamento, etc.) é por conta do contratante; Na republicação, serão cobrados 100% do valor da tabela;

A foto editorial não pode ter utilização comercial.

(*) Novidades na tabela em caráter experimental.

Sugestões deverão ser encaminhadas ao Sindicato através do fax (041) 224-9296 ou Correio Eletrônico: sindijor@sindijorpr.org.br

1.1. The following are the names of the
persons who have been appointed as
members of the committee for the
purpose of the above mentioned
scheme.

